Azevedo Rodrigues, Batalha, Costa & Associado
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

RELATÓRIO ANUAL

DE AUDITORIA

CHBM

Centro Hospitalar

Barreiro Montijo EPE

Período Económico de 2013

INDICE

I – INTRODUÇÃO 3

1. CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE 3
2. METODOLOGIAS E PONTOS-CHAVE UTILIZADOS NA AUDITORIA 4

II – CONCLUSÕES 5

III – AUDITORIA ÀS CONTAS 6

1. PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS GERALMENTE ACEITES 6
2. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 6
3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL 7
   - *3.1. Fundos Próprios e Detentores de Capital 7*
   - *3.2. Imobilizados, Amortizações e Ajustamentos 9*
   - *3.3. Existências e Ajustamentos 12*
   - *3.4. Terceiros 14*
   - *3.5. Acréscimos e Diferimentos 24*
   - *3.6. Disponibilidades 29*
   - *3.7. Provisões e Outras Contingências 32*
4. RESULTADOS 33
   - *4.1. Proveitos e Ganhos 33*
   - *4.2. Custos e Perdas 34*
5. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 35
   - *5.1. Orçamento de Resultados 35*
   - *5.2. Orçamento e Cabimentação 40*

IV – PRESTAÇÃO DE CONTAS 43

6. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES 43
   - *6.1. Dever de informação 43*
   - *6.2. Programa pagar a tempo e horas 44*
   - *6.3. Objetivos de redução do défice orçamental 44*
7. CONTRATAÇÃO PÚBLICA 46
   - *7.1. Aplicação das normas de contratação pública 46*
8. RECURSOS HUMANOS 47

V – RELATÓRIO DE GESTÃO 49

I – Introdução

Procedemos à revisão legal das contas da entidade relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2013, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 11 de Abril de 2014.

1. Caraterização da Entidade

Constituição e Objeto Social	O **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.** (**CHBM**) é uma pessoa coletiva, com natureza de entidade pública empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial de natureza empresarial. O objeto social da entidade consiste na prestação de cuidados de saúde à população, designadamente aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde e aos beneficiários dos subsistemas de saúde, ou de entidades externas que com ele contratualizem a prestação de cuidados de saúde, e a todos os cidadãos em geral. Desenvolver atividades de investigação, formação e ensino, sendo a sua participação na formação de profissionais de saúde dependente da respetiva capacidade formativa, podendo ser objeto de contratos-programa em que se definam as respetivas formas de financiamento.
Localização	A atividade é exercida na sede social sita na Avenida Movimento das Forças Armadas no Barreiro, e na Rua Machado Santos 52/54 Montijo, não havendo outros estabelecimentos, dependências, sucursais.
Enquadramento Societário e Capital	O capital estatutário inicial era de € 29.930.000,00 conforme consta no Decreto-Lei n.º 233/05 de 29 de Dezembro que aprova os respetivos estatutos, com as alterações introduzidas pelo DL nº 244/2012, de 9 de Novembro. Por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, de 23 de Dezembro de 2009, foi subscrito um aumento de capital social no valor de € 8.000.000. Assim, o capital social passou a ser de € 37.930.000. Em 24 de Setembro 2011, de acordo com o Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças, da Administração Pública e da Saúde, foi determinado um aumento do capital estatutário em 3.000.000,00€ passando o capital do **CHBM** para **€ 40.930.000,00.** O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.
Enquadramento Fiscal	A entidade tem o número de contribuinte de 509 186 998. I.R.C. → Regime geral de tributação. I.V.A. → Regime normal com periodicidade trimestral, realizando operações isentas previstas no nº 2 do artigo 9º do CIVA (isenção incompleta).
Organização Contabilística	Para o registo das diversas operações por si efetuadas, a entidade possui contabilidade organizada nos termos do Artigo 115º do CIRC e do Artigo 44º do CIVA.

	A contabilidade do Hospital é executada em observância do POCMS – Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde, aprovado pela Portaria nº 898/2000 de 28 de Setembro. Como elementos contabilísticos possui balancetes analíticos e sintéticos, extratos detalhados por conta e entidade para qualquer período solicitado. A entidade possui todos os elementos requeridos pelo Artigo 119º do CIRS e Artigo 120º do CIRC. Os lançamentos contabilísticos encontram-se suportados por documentos devidamente numerados e arquivados, encontrando-se as operações registadas por ordem cronológica.

2. METODOLOGIA E PONTOS-CHAVE UTILIZADOS NA AUDITORIA

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, os seguintes:

- Reuniões com a Administração e outros responsáveis e leitura das atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
- Análise do respeito pelos princípios contabilísticos geralmente aceites e apreciação das regras e procedimentos contabilísticos, da organização geral e da fiabilidade do sistema contabilístico;
- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas, nomeadamente, os critérios e métodos de valorização adotados pela Entidade e que se encontram divulgadas no Anexo;
- Verificação do suporte documental das operações, em particular no que concerne à sua legalidade e objetividade;
- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
- Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de auditoria, que incidiu especialmente nas áreas de compras, receção e contas a pagar, vendas, expedição e contas a receber, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados;
- Realização dos testes substantivos que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos e enquadramento das operações face ao sistema fiscal, utilizando quadros próprios de auditoria.

II – Conclusões

Em consequência do trabalho efetuado, concluímos que, em nossa opinião e exceto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo seguinte, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes a posição financeira da entidade em 31 de Dezembro de 2013, os resultados das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Verificámos que a entidade não procedeu ao acréscimo de todos os proveitos relacionados com os contratos programa celebrados com a tutela, faltando registar o valor de € 5.940.575,14 de produção realizada, ainda não faturada. Deste modo o resultado líquido, bem como os seus fundos patrimoniais e o seu ativo, encontram-se subvalorizados neste montante.

Sem afetar a opinião acima indicada e à semelhança do verificado no período anterior, alertamos para o facto de:

- Aquando da criação do **CHBM** (que resultou de uma fusão de duas entidades, o Hospital Nossa Senhora do Rosário, E.P.E (HNSR). e o Hospital do Montijo), não se atendeu totalmente à estrutura financeira deficitária da entidade, na medida que "herdou" os resultados negativos acumulados do HNSR. Deste modo, face a esta situação e aos resultados negativos avultados obtidos nos três últimos exercícios, os fundos próprios do **CHBM** revelam-se já bastante negativos, no montante de € 41.443.861,16 (quarenta e um milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e um euros e dezasseis cêntimos). Esta situação muito negativa, face à natureza da entidade, não coloca em causa a sua continuidade, mas sim o seu carácter empresarial, a sua sustentabilidade e solvabilidade.

- No Balanço a 31 de Dezembro de 2013, o valor da rubrica de "Estado e Outros entes públicos" contante das "Dividas a terceiros Curto Prazo", no Passivo, encontra-se subvalorizada em € 429.876,67, em contrapartida da rubrica "Outros credores" que se encontra sobrevalorizada em igual montante. Com efeito verificámos que as verbas respeitantes à Segurança Social, à CGA e à ADSE referentes ao subsídio de férias que foi processado no mês de Novembro de 2013, foi registado na conta de "Pessoal" em vez das respetivas contas de estado.

- Foi ultrapassada a segunda ênfase constante da nossa CLC do ano anterior, tendo o CHBM procedido à avaliação dos terrenos e dos edifícios do Hospital do Barreiro e registado a correspondente reserva de reavaliação nos fundos patrimoniais, no montante total de € 27.906.890,67.

III – Auditoria às Contas

Nos pontos seguintes apresentamos as verificações realizadas em cada uma das áreas da entidade bem como as inconformidades detetadas nas suas contas e no seu sistema de controlo interno.

1. Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites

Conforme acima mencionado, foram analisadas as demonstrações financeiras no sentido de apurar o respeito pelos seguintes princípios contabilísticos fundamentais:

- Continuidade das operações da entidade;
- Consistência das suas políticas contabilísticas;
- Custo histórico dos registos contabilísticos;
- Prudência através da realização de estimativas em condições de incerteza;
- Substância das operações sobre a forma legal;
- Materialidade: todos os elementos materialmente relevantes e que podem afetar avaliações ou decisões pelos utentes interessados, encontram-se relatados nas demonstrações financeiras;
- Especialização (balanceamento, diferimento e acréscimo) dos proveitos e ganhos, custos e perdas registados no exercício.

Concluímos que, na sua essência, os princípios contabilísticos geralmente aceites foram respeitados, pelo que não coloca em causa a verdadeira e apropriada imagem das demonstrações financeiras.

2. Acontecimentos após a data das Demonstrações Financeiras

Foram analisados todos os acontecimentos, favoráveis e desfavoráveis, que ocorreram entre a data do balanço e a data de emissão da certificação legal das contas suscetíveis de dar lugar a ajustamentos.

Nenhum dos acontecimentos analisados constituem prova de condições que existiam à data do balanço, pelo que não houve nenhum registo contabilístico a realizar.

3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

3.1. Fundos Próprios e Detentores de Capital

3.1.1. Revisão analítica

Evolução Trimestral	2011	2012				2013			
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Fundos Patrimoniais	-47.770.709	-53.232.020	-55.946.157	-62.765.560	-65.458.377	-72.790.338	-71.987.597	-79.526.885	-41.443.861
		-11%	-5%	-12%	-4%	-11%	1%	-10%	48%

Considerando a estrutura financeira deficitária, que já vem do momento da fusão entre o Hospital Nossa Senhora do Rosário e o Hospital do Montijo, e tendo-se na altura herdado os resultados negativos acumulados destas duas entidades e os resultados negativos avultados obtidos nos exercícios de 2010 a 2013, os fundos patrimoniais da entidade apresentaram-se bastante negativos, na ordem dos 41,4 milhões de euros, no final do período de 2013, o que se traduz numa melhoria global em cerca de 37 % em comparação com o período homólogo de 2012.

De referir que esta evolução positiva deveu-se essencialmente à revalorização dos imóveis e dos terrenos do Hospital do Barreiro em posse do CHBM, realizada no último trimestre de 2013, no montante global de 27,9 milhões de euros.

Esta evolução positiva foi novamente prejudicada pela existência de um resultado líquido negativo na ordem dos 3,9 milhões de euros, pese embora a situação dos resultados terem sido substancialmente melhores que os verificados no 3º trimestre de 2013, pelo facto de em Outubro terem sido contabilizados 3,7 milhões de euros referentes a uma insuficiência de estimativa da verba de convergência do contrato-programa de 2012, assim como, um reforço da verba de convergência para reequilíbrio financeiro e pagamento de dívidas a fornecedores no montante de 10,1 milhões de euros, valor que inicialmente não se encontrava previsto nos contrato-programa.

De notar que se a entidade tivesse em atenção os efeitos da nossa reserva, o resultado líquido seria positivo em cerca de 2 milhões de euros.

Importa referir, que pese embora esta situação extremamente negativa e penalizadora, face à natureza da entidade, não se coloca ainda em causa a sua continuidade, mas sim o seu caráter empresarial, a sua solvabilidade e a sua sustentabilidade financeira.

3.1.2. Trabalho desenvolvido

Por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, o capital estatutário do **CHBM**, era, à data de 31-12-2009, no montante de € 37.930.000,00. Durante o ano de 2010, também por despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, foi determinado um novo aumento do capital em € 3.000.000,00 passado o mesmo para o montante de € 40.930.000,00, aumento esse que foi integralmente realizado durante o período de 2010.

Na conta 511 – "Capital Social" está assim refletido à data de 31 de Dezembro de 2013 o capital estatutário do Hospital, no valor de **€ 40.930.000,00**, que de acordo com Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro que aprovou os respetivos estatutos, é integralmente detido pelo Estado Português.

Durante o exercício económico em análise, registaram-se na conta 57 – "Reservas", doações recebidas em numerário no valor de € 40.179,05. Estes valores foram por nós validados.

Os movimentos ocorridos no período económico na conta 59 – "Resultados Transitados", respeitam à transferência do resultado líquido negativo do ano anterior no montante de € 18.290.708,91.

Como já referido, foi efetuada uma revalorização dos terrenos e dos edifícios do Hospital do Barreiro em 1 de Dezembro de 2013, que provocaram o registo de uma reserva de reavaliação no montante de € 27.906.890,67. Conferimos os cálculos, bem como o registo da reserva de reavaliação. Verificámos no entanto que no final do ano não foi registada a utilização da reserva de reavaliação, transferindo-a para resultados transitados, no caso presente referente ao mês de Dezembro de 2013, que segundo os nossos cálculos estimamos em 157 mil euros, conforme quadro seguinte:

	Depreciação Mensal antes REV.	Depreciação Mensal após REV.
Hospital Barreiro	63.347,28 €	220.459,86 €
Utilização Res. Reavaliação		**157.112,58 €**

Seguidamente apresentamos dois quadros resumo da situação e movimentos dos fundos próprios da entidade:

DETENTORES DO CAPITAL

Nome	Conta	Saldo Inicial	Recebim/ Pagam/[2]	Saldo Final	SF validado[3]	*Diferenças*
Estado Português	511	40.930.000,00 €	0,00 €	40.930.000,00 €	40.930.000,00 €	*0,00 €*
Total com Estado Português		40.930.000,00 €	0,00 €	40.930.000,00 €	40.930.000,00 €	*0,00 €*
Total detentores de capital		**40.930.000,00 €**	**0,00 €**	**40.930.000,00 €**	**40.930.000,00 €**	***0,00 €***

OUTRAS RELAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO						
Situações	**Saldo Inicial**	**Aumentos**	**Diminuições**	**SF**	**SF validado**	***Diferenças***
Resultado líquido do exercício	-18.290.708,91 €	18.290.708,91 €	3.932.553,98 €	-3.932.553,98 €	-3.932.553,98 €	*0,00 €*
Reservas legais	6.113.223,69 €	0,00 €	0,00 €	6.113.223,69 €	6.113.223,69 €	*0,00 €*
Doações	695.698,45 €	40.179,05 €	0,00 €	735.877,50 €	735.877,50 €	*0,00 €*
Reservas de Reavaliação	0,00 €	27.906.890,67 €	0,00 €	27.906.890,67 €	27.749.778,09 €	*157.112,58 €*
Resultados Transitados	-94.906.590,13 €	0,00 €	18.290.708,91 €	-113.197.299,04 €	-113.040.186,46 €	*-157.112,58 €*

Recomendamos que durante o período de 2014 se proceda ao registo do montante das reservas de revalorização realizado durante o ano de 2013.

O facto dos capitais próprios se encontrarem bastante negativos, face à natureza da entidade, não coloca em causa a sua continuidade, mas sim o seu carácter empresarial, a sua sustentabilidade e solvabilidade. Para além desta, não foram detetadas quaisquer outras situações que comprometam a segurança e transparência dos fundos próprios da entidade.

3.2. Imobilizados, Amortizações e Ajustamentos

3.2.1. Revisão analítica

Evolução Trimestral	2011	2012				2013			
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Imobilizados	20.413.483	19.481.583	18.680.000	17.886.136	17.211.824	16.430.220	15.783.816	15.174.534	42.427.442
		-5%	-4%	-4%	-4%	-5%	-4%	-4%	180%

Neste último trimestre de 2013 verificou-se um aumento significativo no saldo do imobilizado, com um aumento na ordem dos 146,50% face ao período homólogo de 2012, variação positiva explicada pela reavaliação efetuada no final de 2013, sobre os bens imóveis e terrenos do Hospital do Barreiro dos quais o CHBM é proprietário, no montante global de 27,9 milhões de euros.

3.2.2. Trabalho desenvolvido

No que concerne a estes elementos, foram realizadas as seguintes verificações:

- Inspeção física dos principais elementos do imobilizado corpóreo bem como a confirmação direta da titularidade de bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens. Verificámos que os terrenos onde se encontra implementado o Hospital do Barreiro já se encontram registados em nome do **CHBM**;

- Análise de todo o processo de revalorização dos terrenos e dos imóveis, ocorrido em finais de 2013. Verificámos o relatório de avaliação efetuado por peritos externos, devidamente certificados, a metodologia aplicada, bem como todos os pressupostos. Da avaliação efetuada pelos peritos chegou-se à conclusão que o valor dos imóveis e terrenos afetos ao CHBM eram de € 35.417.00,00. Os serviços financeiros procederam ao registo na contabilidade da avaliação, o que provocou uma reserva de reavaliação no montante de € 27.906.890,67 milhões de euros. Todos estes procedimentos e consequentes registos foram por nós validados.

	Hospital do Barreiro			Hospital do Montijo
	Valor antes Rev.	Revalorização	Valor após Rev.	
Terrenos	234.556,45 €	3.371.051,09 €	3.605.607,54 €	4.987,98 €
Edifícios	15.528.110,09 €	16.283.377,75 €	31.811.487,84 €	5.331.946,15 €
Depreciações	- 8.252.461,80 €	8.252.461,80 €	- 220.459,90 €	- 1.790.760,85 €
	7.510.204,74 €	**27.906.890,64 €**	**35.196.635,48 €**	**3.546.173,28 €**
Contabilidade	**7.510.204,74 €**	**27.906.890,67 €**	**35.196.635,45 €**	**3.546.173,28 €**
Diferença	**- €**	**- 0,03 €**	**0,03 €**	**- €**

- Cobertura de seguros, em que relativamente às viaturas, a responsabilidade civil pela ocorrência de sinistro se encontra assegurada através dos contratos de seguro celebrados com a Vitória Seguros, S.A.;

IMOBILIZADOS

	2012	2013	Montantes Validados	Diferença	Observações
421	239.544,43 €	3.610.595,52 €	3.610.595,52 €	0,00 €	Variação OK
422	20.845.687,01 €	37.143.434,02 €	37.143.434,02 €	0,00 €	Variação OK
423	24.156.517,85 €	24.375.373,09 €	24.375.373,09 €	0,00 €	Variação OK
424	406.099,36 €	325.908,62 €	325.908,62 €	0,00 €	Variação OK
425	54.694,59 €	54.694,59 €	54.694,59 €	0,00 €	Variação OK
426	6.127.790,15 €	6.170.555,51 €	6.170.555,51 €	0,00 €	Variação OK
427	11.463,60 €	11.463,60 €	11.463,60 €	0,00 €	Variação OK
429	7.581,57 €	7.581,57 €	7.581,57 €	0,00 €	Variação OK
T42	51.849.378,56 €	71.699.606,52 €	71.699.606,52 €	0,00 €	
432	442.785,94 €	442.785,94 €	442.785,94 €	0,00 €	Variação OK
T43	442.785,94 €	442.785,94 €	442.785,94 €	0,00 €	
442	136.289,66 €	136.289,66 €	136.289,66 €	0,00 €	Variação OK
T44	136.289,66 €	136.289,66 €	136.289,66 €	0,00 €	
Total 42	**52.428.454,16 €**	**72.278.682,12 €**	**72.278.682,12 €**	**0,00 €**	

Legenda (aplicável também aos quadros seguintes):
(...) 21 – Terrenos e recursos naturais (...) 22 – Edifícios e construções (...) 23 – Equipamento básico
(...) 24 – Equipamento de transporte (...) 25 – Ferramentas e utensílios (...) 26 – Equipamento administrativo
(...) 27 – Taras e Vasilhames (...) 29 – Outros imobilizados corpóreos
(...) 32 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento (...) 4 – Imobilizado em curso

Verificámos ainda as aquisições ocorridas durante o exercício em análise, no montante total de € 393.618,07. Validámos ainda o abate de bens no montante total de € 197.819,32.

- Validação da adequação das amortizações praticadas bem como da respetiva relevância fiscal.

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
	2012	2013	Montantes Validados	Diferença	Observações
4822	9.012.384,78 €	2.011.220,71 €	2.011.220,71 €	0,00 €	Variação OK
4823	19.742.589,36 €	21.131.164,99 €	21.131.164,99 €	0,00 €	Variação OK
4824	343.113,76 €	296.104,22 €	296.104,22 €	0,00 €	Variação OK
4825	45.081,23 €	48.170,03 €	48.170,03 €	0,00 €	Variação OK
4826	5.622.691,26 €	5.907.160,47 €	5.907.160,47 €	0,00 €	Variação OK
4827	11.228,30 €	11.463,60 €	11.463,60 €	0,00 €	Variação OK
4829	3.842,13 €	5.256,05 €	5.256,05 €	0,00 €	Variação OK
T482	34.780.930,82 €	29.410.540,07 €	29.410.540,07 €	0,00 €	
4832	435.698,95 €	440.700,43 €	440.700,43 €	0,00 €	Variação OK
T483	435.698,95 €	440.700,43 €	440.700,43 €	0,00 €	
Total	**35.216.629,77 €**	**29.851.240,50 €**	**29.851.240,50 €**	**0,00 €**	

Aquando dos abates dos bens, foi por nós validado a respetiva anulação das amortizações acumuladas de todos os bens que não estavam totalmente amortizados.

AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO			
	2013	Montantes Validados	Diferença
6622	1.251.297,73 €	1.251.297,73 €	0,00 €
6623	1.500.560,35 €	1.500.560,35 €	0,00 €
6624	33.029,91 €	33.029,91 €	0,00 €
6625	3.088,80 €	3.088,80 €	0,00 €
6626	288.223,32 €	288.223,32 €	0,00 €
6627	235,30 €	235,30 €	0,00 €
6629	1.413,92 €	1.413,92 €	0,00 €
T662	3.077.849,33 €	3.077.849,33 €	0,00 €
6632	5.001,48 €	5.001,48 €	0,00 €
T663	5.001,48 €	5.001,48 €	0,00 €
Total 66	**3.082.850,81 €**	**3.082.850,81 €**	**0,00 €**

As amortizações calculadas pela entidade, têm em consideração o mês de aquisição dos bens, utilizando para o efeito o critério dos duodécimos.

No que respeita aos imobilizados em curso, verificámos que se mantém o mesmo valor do ano passado. Analisadas as obras que se encontram em imobilizados em curso, identificámos as seguintes:

N/E	Nome	OBS	Valor em Curso
2010990370	FISCALIZAÇAO DA OBRA DA UNIDADE ONCOLOGICA	Em Curso	53.597,72
2011995898	EMPREITADA BENEFICIAÇAO SERVIÇO UMUNOHEMOTERAPIA	Em Curso	6.501,02
2011994938	OBRA BENEFICIAÇAO C. EXTERNA PSIQUIATRIA	Em Curso	31.966,63
2010996432	PROJECTO DE EXECUÇAO EMPREITADA CONST UNIDADE PALIATIVOS MONTIJO	Em Curso	44.224,10
			136.289,47

Pela análise dos movimentos registados em cada uma das obras acima referidas, verificamos que a maioria das faturas são referentes a 2011, pelo que em nosso entender estes imobilizados já deveriam ter sido transferidos para imobilizados em uso. Recomendamos que a entidade proceda à regularização desta situação.

O valor das imobilizações constante no Balanço representa de uma forma verdadeira e apropriada o valor desta tipologia de bens que a entidade controla, tendo em conta os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.3. Existências e Ajustamentos

3.3.1. Revisão analítica

Evolução Trimestral	2011	2012				2013			
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Existências	2.725.961	1.572.475	1.015.045	507.256	2.077.600	1.212.092	1.372.563	1.522.771	1.925.168
		-42%	-35%	-50%	310%	-42%	13%	11%	26%

A variação verificada ao nível das existências durante o período de 2013 é justificada pelo aumento do número de consultas face a igual período de 2012, representando cerca de mais 4.920 consultas realizadas. De referir que o Hospital continua a estar sujeito a fortes medidas restritivas impostas pela Tutela no que respeita a gastos.

3.3.2. Trabalho desenvolvido

Em relação às existências e respetivos ajustamentos foram realizadas os seguintes trabalhos:

- Observação das operações de inventariação física de existências, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução, testes das contagens efetuadas e da respetiva valorização, cálculo e compilação;
- Análise das situações justificativas da realização de ajustamentos para redução das existências, bem como as respetivas implicações fiscais.

O **CHBM** utiliza o sistema de inventário permanente, o que lhe permite obter, em qualquer momento, conhecimento do valor de existências que se encontram em armazém.

Para efeitos de apuramento e verificação dos valores para as demonstrações financeiras relativas a 31 de Dezembro de 2013, realizaram-se contagens finais à totalidade das existências nos armazéns de

Farmácia e Aprovisionamentos. As contagens físicas do aprovisionamento decorreram nos dias 29 e 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 2013, enquanto as contagens físicas dos Serviços Farmacêuticos decorreram nos dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 2013, tendo a conferência do "Kardek" ocorrido durante o período da noite, durante a semana de 25 a 29 de Novembro. Foram constituídas várias equipas para as contagens, todas elas por nós acompanhadas. Durante as contagens da logística e da farmácia verificámos que foram respeitadas as normas e os procedimentos internos do Inventario Anual, pelo que não existe qualquer recomendação adicional. Realizámos testes por amostragem da contagem do "Kardex", não se tendo detetado qualquer situação de registo.

Nos dias 30 e 31 de Dezembro de 2013 procedeu-se à inventariação física dos "stocks" que se encontram nas despensas dos serviços, sendo que o inventário do material de consumo clínico foi efetuado pelos enfermeiros e técnicos dos serviços e o inventário dos medicamentos foi efetuado por técnicos dos Serviços Farmacêuticos.

No quadro que se segue apresentam-se as diferenças encontradas entre os valores de movimentos anuais acumulados e de "stocks" de Armazém e Farmácia e os valores contabilísticos correspondentes apresentados a 31 de Dezembro de 2013.

Movimento de stocks durante o exercício económico de 2013

	Conta	361	362	363	364	365	366	369	TOTAIS
	Descrição	Produtos Farmacêuticos	Produtos de Consumo Clínico	Produtos Alimentares	Material de Consumo hoteleiro	Material de Consumo administrativo	Material de manutenção e conservação	Outro material de consumo	
Contabilidade	Stock inicial	1.277.506,26	759.338,25	0,00	13.942,07	23.927,33	2.885,59	0,00	**2.077.599,50**
	Compras / Produção	14.014.274,47	2.649.064,11	2.288,40	112.503,37	93.725,80	110.867,83	1.655,85	**16.984.379,83**
	Consumos	14.075.693,14	2.744.587,62	2.288,40	110.119,79	90.793,69	111.672,93	1.655,85	**17.136.811,42**
	Stock final	1.216.087,59	663.814,74	0,00	16.325,65	26.859,44	2.080,49	0,00	**1.925.167,91**
	Stock final (calculado)	**1.216.087,59**	**663.814,74**	**0,00**	**16.325,65**	**26.859,44**	**2.080,49**	**0,00**	**1.925.167,91**
	Diferenças	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Programa gestão de stocks	Stock inicial	1.277.364,80	458.465,67	0,00	13.942,06	23.927,32	2.885,59	0,00	**1.776.585,44**
	Compras / Produção	15.091.441,97	2.641.159,71	2.288,40	105.762,33	108.337,78	110.119,67	1.336,86	**18.060.446,72**
	Consumos	15.276.652,84	2.702.300,59	2.288,40	103.660,89	105.067,83	110.932,15	1.336,86	**18.302.239,56**
	Outras Entradas	1.297.971,42	840.335,05	0,00	143.741,06	31.561,05	0,00	0,00	**2.313.608,58**
	Outras Saidas	1.375.568,49	836.883,08	0,00	143.458,82	31.898,89	0,00	0,00	**2.387.809,28**
	Acertos no Preço Médio	-214,98	4,89	0,00	-0,10	0,00	7,38	0,00	**-202,81**
	Stock final (apres. em listag.)	1.014.341,89	400.781,48	0,00	16.325,65	26.859,44	2.080,49	0,00	**1.460.388,95**
	Stock final (calculado)	**1.014.341,88**	**400.781,65**	**0,00**	**16.325,64**	**26.859,43**	**2.080,49**	**0,00**	**1.460.389,09**
	Dif. entre s.f. calc. E s.f. listag.	**-0,01**	**0,17**	**0,00**	**-0,01**	**-0,01**	**0,00**	**0,00**	**0,14**
Diferenças entre Contabilidade e Programa de Stocks	Stock inicial	141,46	300.872,58		0,01	0,01			**301.014,06**
	Compras	-1.077.167,50	7.904,40		6.741,04	-14.611,98	748,16	318,99	**-1.076.066,89**
	Consumos	-1.200.959,70	42.287,03		6.458,90	-14.274,14	740,78	318,99	**-1.165.428,14**
	Stock final (Sf Cont - Sf Apr e Farm Calc)	**201.745,70**	**263.033,26**						**464.778,96**

Da análise ao quadro anterior conclui-se o seguinte:

- A diferença entre os valores de "stocks" iniciais da Contabilidade e os de Farmácia e Aprovisionamentos provém da contabilização dos "stocks" existentes nas despensas dos serviços do Hospital no final de 2013.

- Continuam a subsistir diferenças entre os valores de compras registados pela Contabilidade e os registados pelo programa de "stocks" (Aprovisionamentos e Farmácia). Deveria implementar-se procedimentos de validação de entradas em Armazém e respetivos reflexos contabilísticos, de modo a eliminar discrepâncias a este nível (tendo especial atenção ao corte de operações no final de cada período de análise).

- Na sequência da análise das diferenças anteriores, a contabilidade procedeu a um conjunto de regularizações contabilística que foram por nós validadas.

Não foram detectadas situações materialmente relevantes que comprometam a imagem verdadeira e apropriada do valor das existências constante nas demonstrações financeiras da entidade.

3.4. Terceiros

3.4.1. Fornecedores

3.4.1.1.Revisão analítica

Evolução Trimestral	2011	2012				2013			
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Fornecedores	43.035.808	43.353.418	45.450.004	35.372.201	33.133.433	35.151.609	42.666.943	46.104.220	29.168.874
		1%	5%	-22%	-6%	6%	21%	8%	-37%

Comparativamente a igual período de 2012 verifica-se uma diminuição do saldo com os fornecedores nacionais em 12%, explicada pelo reforço de verbas por parte da ACSS, na ordem dos 11 milhões de euros, destinada ao pagamento de dívidas a fornecedores.

3.4.1.2.Trabalho desenvolvido

Procedemos à confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos e fornecedores) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações

subsequentes preparadas pelo Hospital. Nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários.

Verificámos que o **CHBM** realiza com alguma regularidade e de forma continuada, o controlo de contas correntes de terceiros ao longo do ano.

O quadro seguinte reporta as conclusões do trabalho de auditoria aos saldos dos fornecedores:

RESUMO AUDITORIA SALDOS FORNECEDORES					
		Total de Saldos		Valor	
		Nº	%	€	%
TOTAIS EM	31-12-2013	553	100%	29.168.873,99	100%
SALDOS	Circularizados	38	7%	23.554.648,62	81%
	(total auditados)	38	7%	23.554.648,62	81%
RESPOSTAS	Responderam	31	82%	20.424.120,10	87%
	Não Responderam	7	18%	3.130.528,52	13%
	(controlo)	38	100%	23.554.648,62	100%
RESULTADO	Concordante	5	13%	1.699.640,54	7%
	Reconciliado	22	58%	14.683.896,15	62%
	(sub-total)	27	71%	16.383.536,69	70%
	Respostas não Reconciliadas				
	Não realização PA*	4	11%	4.040.583,41	17%
	Não Responderam				
	Não realização PA*	7	18%	3.130.528,52	13%
SALDOS VALIDADOS	% do Auditado	27	71%	16.383.536,69	70%
	% do Total		5%		56%

Como é possível observar no quadro a acima, circularizou-se 81% do saldo de fornecedores (cerca de 7% do número de fornecedores totais). Nos casos em que houve resposta, esta foi na sua maioria reconciliada (22), sendo 5 concordantes. Dos 27 saldos respondidos e reconciliados foi possível validar cerca de € 16.383.536,61. Globalmente, foi portanto, possível validar cerca de 56% do total do saldo de fornecedores (70% do auditado), percentagem que consideramos satisfatória.

3.4.2. Clientes e Ajustamentos de Clientes

3.4.2.1.Revisão analítica

Evolução Trimestral	2011	2012				2013			
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Clientes	6.831.509	54.640.206	55.379.095	8.714.837	8.363.423	14.035.381	15.264.786	9.084.741	6.950.755
Adiantamento de Clientes	-19.867.004	-82.027.579	-97.203.938	-74.227.487	-88.872.205	-102.448.011	-115.847.635	-107.489.471	-118.798.736
Total	-13.035.495	-27.387.373	-41.824.843	-65.512.650	-80.508.783	-88.412.630	-100.582.849	-98.404.730	-111.847.981
		-110%	-53%	-57%	-23%	-10%	-14%	2%	-14%

As variações ocorridas na rubrica de clientes estão sobretudo relacionadas com os montantes faturados e os que se encontram por faturar no âmbito do contrato-programa. De referir que todos os adiantamentos efetuados pela ACSS, IP, no âmbito do contrato-programa estão registados na conta de adiantamento de clientes e que no final de 2013 apresentava um saldo de € 118.798.736. Comparativamente com igual período de 2012, validámos um aumento do saldo em adiantamentos de 34% (€ 88.872.205 em 2012).

De referir, que a 31.12.2013 o saldo de conta corrente com a ACSS é de € 1.183.805, estando reconhecidos em acréscimos de proveitos, o montante de € 85.418.543. Em igual momento de 2012, o saldo era de € 61.447.858, o que se traduz num aumento de 39%.

3.4.2.2.Trabalho desenvolvido

No âmbito da análise de Clientes, validámos os montantes constantes de adiantamentos de clientes que dizem respeito aos valores transferidos pela ACSS no âmbito do contrato-programa que ainda não foram faturados pelo Centro Hospitalar.

Foram também analisadas as situações justificativas da realização de ajustamentos para redução do saldo de clientes, em particular no que respeita à recuperabilidade e exigibilidade das respetivas dívidas, bem como a sua relevância fiscal.

Verificámos a existência de clientes/utentes em cobrança duvidosa no valor global de € 326.928,89, que foram ajustados a 100% do valor das dívidas. De referir que durante o ano de 2013, se verificou um aumento dos ajustamentos no valor de € 4.695,14, registada na conta 6962. No quadro seguinte apresentamos os ajustamentos efetuados:

AJUSTAMENTOS DÍVIDAS DE CLIENTES					
	< 1 ano	> 1 ano < 2 anos	> 2 anos < 3 anos	> 3 anos	TOTAL
Entidades públicas	0,00	0,00	0,00	1.358,66	1.358,66
Outros Clientes	0,00	0,00	0,00	325.570,23	325.570,23
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**326.928,89**	**326.928,89**

Verificámos que ainda se mantém o ajustamento de dívidas de entidades públicas no montante de € 1.358,66. Analisámos ainda as dívidas em mora há mais de 24 meses. Verificámos que o valor de Outros Clientes em mora há mais de 2 anos ascende a € 390.442,11. Deste modo consideramos que os ajustamentos efetuados estão subavaliados em € 63.513,22, valor que afeta de forma material a posição financeira e os resultados da entidade, conforme quadro seguinte:

	Entidades públicas	Outros Clientes	Total
Dividas > 2 anos	1.697.335,04	390.442,11	2.087.777,15
Valor Ajustado	1.358,66	325.570,23	326.928,89
Valor a ajustar	0,00	390.442,11	**390.442,11**
A corrigir	**-1.358,66**	**64.871,88**	**63.513,22**

3.4.3. Responsabilidades perante Entidades Financeiras

3.4.3.1.Revisão analítica

Evolução Trimestral	2011	2012				2013			
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Empréstimos Obtidos	12.767.549	12.767.549	12.767.549	12.767.549	12.767.549	12.767.549	12.767.549	12.767.549	12.767.549
		0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

O saldo da conta de empréstimos obtidos no montante de € 12.767.549 respeita à atribuição do Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde concedido em Setembro de 2008, sendo que não se verificou qualquer alteração no montante em dívida desde Dezembro de 2009. Não houve qualquer registo de variação no período em análise.

3.4.3.2.Trabalho desenvolvido

O quadro seguinte apresenta o montante das responsabilidades do Hospital perante as várias entidades financeiras, a 31 de Dezembro:

RESPONSABILIDADES PERANTE SOCIEDADES FINANCEIRAS								
Conta	Banco	*31-12-2012*	Reconhecidas pela empresa	Banco	Dif. Recon.	Recon. Banc.	Diferença	Obs.
23112	Do FASP - SNC	12.767.548,97 €	12.767.548,97 €	12.767.548,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
Total Empréstimos Bancários		*12.767.548,97 €*	12.767.548,97 €	12.767.548,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
Total Responsabilidades		***12.767.548,97 €***	**12.767.548,97 €**	**12.767.548,97 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**OK**

Foi concedido em 19 de Dezembro de 2008, pelo Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde, um empréstimo no montante de € 24.344.242,41, a reembolsar até 17 de Junho de 2009, com vencimentos de juros mensais. Até Outubro de 2009 foi abatido o valor de € 4.000.000,00, utilizando-se as unidades de participação que o Hospital detinha nesse Fundo. O último abatimento foi efetuado em Dezembro de 2009 foi no valor de € 7.576.693,44, não se tendo efetuado qualquer abatimento após aquela data.

Relativamente aos custos financeiros consideramos que os mesmos se encontram adequados face às responsabilidades assumidas bem como à estrutura financeira da empresa.

3.4.4. Estado e outras Entidades

3.4.4.1.Revisão analítica

Evolução Trimestral	2011	2012				2013			
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Estado e Outros Entes Públicos	-1.317.945	-1.162.746	-669.634	-600.591	-1.106.534	-1.356.447	-1.422.879	-1.295.900	-824.395
		12%	42%	10%	-84%	-23%	-4,9%	9%	36%

Comparativamente com o período homólogo do ano anterior, verificámos uma melhoria do saldo com o Estado de cerca de 25%, essencialmente devido ao pagamento dos subsídios de férias e de natal por duodécimos durante o ano de 2013, o que implicou uma diminuição significativa dos saldos relacionados com as contas de retenção na fonte dos rendimentos em 25,5% (€ 1.106.534,38 em 2012 e € 824.395,24 em 2013) no fim do período.

3.4.4.2.Trabalho desenvolvido

Relativamente ao Estado e outras entidades públicas, verificámos a situação fiscal da entidade e a adequada contabilização dos impostos, bem como a sua situação relativa à Segurança Social e, ou outros sistemas de proteção social.

De seguida apresentamos os quadros e explicações que detalham os movimentos ocorridos neste exercício económico para cada uma das situações analisadas.

Em relação ao IRC do ano anterior, a entidade procedeu à entrega do Modelo 22 dentro do prazo legal. A entidade não apresentou coleta, apenas retenções na fonte e tributações autónomas, tendo procedido ao pagamento do diferencial entre as mesmas em Maio de 2013, conforme quadro seguinte:

IRC

Tipo	*31-12-2012*	Pag./Receb/	Data	Em dívida
Colecta (+)	*0,00*	0,00	15-05-2013	0,00
Ret. Fonte (-)	*-46,80*	-46,80		0,00
Pag. Conta (-)	*0,00*	0,00		0,00
Pag. Adicional por Conta (-)	*0,00*	0,00		0,00
PEC (-)	*-140.000,00*	0,00		-140.000,00
Outros (+/-)	*11.052,86*	11.052,86		0,00
Total	*-128.993,94*	11.006,06		-140.000,00

		Diferenças
Saldo Final Ret. Fonte:	0,00 €	0,00
Saldo Final PC e PEC:	-210.000,00 €	0,00
Saldo Final Restantes componentes do IRC:	0,00 €	0,00

Como é possível observar pelo quadro abaixo a entidade encontrava-se obrigada a efetuar pagamentos especiais por conta. Verificámos que a entidade procedeu ao pagamento dos € 70.000,00, no entanto é de referir que o 1º pagamento foi realizado fora de prazo, não cumprindo assim com o prazo legal definido para o efeito.

PAGAMENTOS ESPECIAIS POR CONTA

	Valor Devido	Data	Valor Pago	Data	Observações
Primeiro	35.000,00	Março	35.000,00	02-04-2013	Fora do Prazo (4dias)
Segundo	35.000,00	Outubro	35.000,00	30-10-2013	

Pagamentos por Conta	
A - Colecta 2012	0,00 €
B - Ret. Fonte 2012	46,80 €
C = (A-B)	-46,80 €
D = 95% do valor C	-44,46 €
E = D/3	**-14,82 €**
Pag. por Conta 2013	**0,00 €**

Pagamentos Especial por Conta	
A - Valor Mínimo	1.000,00 €
B - Vendas e Prestações de Serviços 2012	62.929.818,54 €
C - Pagamento por Conta 2012	0,00 €
D - Valor Máximo	70.000,00 €
E = [A+(B*0,01-A)*20%]-C	**70.000,00 €**

Se Pagam/ em 2 momentos então F= E/2
Caso contrário então F = E

F - PEC 2013 2 momentos	**35.000,00 €**

O quadro seguinte detalha as retenções na fonte efetuadas por terceiros, sendo que os rendimentos respeitam a juros de depósitos bancários:

RENDIMENTOS FINANCEIROS E ANALISE DAS RETENÇÕES NA FONTE EFECTUADAS POR TERCEIROS

Conta Rendimentos Financeiros e outros		Valor	Conta Retenção	Taxa	Valor na contabilidade	Valor cálculado	Diferença	Obs.
Sujeitos a retenção na fonte	7811	43,96 €	2412	25%	10,99 €	10,99 €	0,00 €	OK
	Valor a figurar na MODELO 22				10,99 €	10,99 €	0,00 €	

Verificámos ainda que o **CHBM** usufrui rendimentos de natureza predial sem que as entidades devedoras, apesar de sujeitos passivos de IRC, lhes façam a retenção na fonte do correspondente imposto, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 94º do CIRC.

3.4.4.3.Estimativa de IRC

Foi contabilizada a estimativa de imposto a pagar no valor de € 7.311,59, respeitando ao valor das tributações autónomas. Validámos uma diferença no cálculo de € 10,99 correspondente às retenções na fonte efetuadas por terceiros (retenção sobre juros do Banco Santander).

3.4.4.4. Retenções Efetuadas a Terceiros

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese dos resultados da auditoria às retenções efetuadas sobre terceiros:

RETENÇÕES				
Descrição	**Retenções efetuadas a terceiros, sobre...**			**Total**
	Trabalho dependente	Trabalho independente	Pensões	
Processamentos				
Total Processamento no ano	7.481.329,00 €	232.009,72 €	8.135,00 €	7.721.473,72 €
Total declarações mensais	7.481.329,00 €	232.009,72 €	8.135,00 €	7.721.473,72 €
Total declarado - Modelo 10 (J)	7.481.085,00 €	231.994,95 €	7.975,00 €	7.721.054,95 €
Diferença (processado-declarado)	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**
Pagamentos				
Total Pago referente ao período	7.481.329,00 €	232.009,72 €	8.131,00 €	7.721.469,72 €
Diferença (pago - processado)	**0,00 €**	**0,00 €**	**-4,00 €**	**-4,00 €**
Saldos				
Saldo contabilístico no início do ano	460.525,00 €	26.624,14 €	633,00 €	487.782,14 €
Saldo contabilístico no fim do ano	556.887,00 €	17.041,72 €	579,00 €	574.507,72 €
Saldo validado no fim	556.887,00 €	17.041,72 €	583,00 €	574.511,72 €
Diferença (validado - contabilizado)	**0,00 €**	**0,00 €**	**4,00 €**	**4,00 €**

De referir que identificámos uma diferença imaterial entre os montantes processados, contabilizados e pagos, em resultado do lançamento de um pagamento a mais de 4€. Recomendamos a sua regularização no próximo exercício.

Validámos ainda as seguintes divergências entre os valores processados e as declarações submetidas à Autoridade Tributária:

- **Declaração Mensal de Remunerações (DMR) –** existe uma diferença imaterial no valor de € 244,00 entre os montantes registados na contabilidade e os montantes declarados,

relativamente ao trabalho dependente, situação que resulta do facto do processamento de incluir € 315,00 de sobretaxa sobre as Pensões e não terem sido registados valores de sobretaxa a menos nos dependentes de 71,00€;

- **Modelo 10 –** Relativamente ao trabalho independente existe uma diferença imaterial entre os valores processados e os declarados, sendo que foram declarados menos € 14,77, valor que respeita a uma retenção sobre serviços prestados pelo notário e que se encontram registados indevidamente na conta 2422. Recomendamos a regularização deste montante em 2014.

  No que respeita às Pensões e em virtude da situação identificada nas DMR's, a diferença verificada entre o processamento e os montantes declarados é igualmente imaterial (€ 160,00), em virtude de não estarem contabilizados nesta conta (2429) a sobretaxa sobre as Pensões e estarem processados a mais € 71,00 de sobretaxa dos dependentes e € 4,00 registados indevidamente.

3.4.4.5.Imposto sobre o Valor Acrescentado

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese dos movimentos e da situação da entidade em sede de IVA.

IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

Processamento		Declaração			Ref.ª	Pagamento		
Valor	Data	Valor	Data	Diferença		Valor	Data	Diferença
19.587,40 €	SI - 4º Trim.	19.587,29 €	13-Fev-13	-0,11 €		19.587,29 €	13-Fev-13	0,00 €
9.020,56 €	1º Trimestre	9.020,56 €	10-Mai-13	0,00 €		9.020,56 €	14-Mai-13	0,00 €
8.580,20 €	2º Trimestre	8.580,31 €	10-Ago-13	0,11 €		8.580,31 €	12-Ago-13	0,00 €
20.257,68 €	3º Trimestre	20.257,68 €	12-Nov-13	0,00 €		20.257,68 €	13-Nov-13	0,00 €
6.990,16 €	4º Trimestre	6.990,16 €	10-Fev-14	0,00 €		6.990,16 €	14-Fev-14	0,00 €
				0,00 €				0,00 €
	Totais Modelo C	0,00 €		0,00 €				0,00 €

44.848,60 €	**--> Processamento normal**	**Saldo Final IVA a Pagar/Receber Calculado:**	6.990,16 €
0,00 €	**--> Total Declarações Modelo C**	**Saldo Final na contabilidade**	6.990,16 €
0,00 €	**--> Total Declarações Modelo C**	**Diferença:**	0,00 €

Não se identificaram divergências significativas entre os valores processados, declarados e os efetivamente pagos.

3.4.4.6. Contribuições para a Segurança Social

A auditoria às contribuições para a Segurança Social compreendeu a análise das responsabilidades dos funcionários e da entidade patronal, as quais se encontram agregadas no quadro abaixo.

Identificámos um desfasamento de € 188.373,23 entre os registos contabilísticos dos ordenados e o montante das contribuições para a Segurança Social entregues nos meses de Outubro a Dezembro, de acordo com o quadro seguinte:

CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL

Processamento		Declaração			Pagamento			Observações
Valor	Data	Valor	Data	Diferença	Valor	Data	Diferença	
367.036,62 €	Saldo Inicial	367.036,62 €	8-Jan-13	0,00 €	367.036,62 €	15-Jan-13	0,00 €	
395.889,31 €	Janeiro	395.889,31 €	29-Jan-13	0,00 €	395.889,31 €	13-Fev-13	0,00 €	
399.526,73 €	Fevereiro	399.537,76 €	4-Mar-13	11,03 €	399.537,76 €	20-Mar-13	0,00 €	DIF. DECL.: 11,03€
377.969,35 €	Março	377.969,35 €	28-Mar-13	0,00 €	377.969,35 €	19-Abr-13	0,00 €	
372.732,64 €	Abril	372.732,64 €	3-Mai-13	0,00 €	372.732,64 €	20-Mai-13	0,00 €	
374.587,62 €	Maio	374.576,59 €	6-Jun-13	-11,03 €	374.576,59 €	20-Jun-13	0,00 €	DIF. DECL.: -11,03€
416.430,11 €	Junho	416.430,11 €	1-Jul-13	0,00 €	416.430,11 €	19-Jul-13	0,00 €	
376.642,57 €	Julho	376.642,57 €	31-Jul-13	0,00 €	376.642,57 €	13-Ago-13	0,00 €	
376.021,83 €	Agosto	376.021,83 €	2-Set-13	0,00 €	376.021,83 €	20-Set-13	0,00 €	
372.601,20 €	Setembro	372.601,20 €	4-Out-13	0,00 €	372.601,20 €	18-Out-13	0,00 €	
378.509,22 €	Outubro	378.385,26 €	12-Nov-13	-123,96 €	378.385,26 €	18-Nov-13	0,00 €	DIF. DECL.: -123,96€
459.514,76 €	Novembro	647.805,59 €	3-Dez-13	188.290,83 €	647.805,59 €	5-Dez-13	0,00 €	DIF. DECL.: 188290,83€
370.460,18 €	Dezembro	370.666,54 €	3-Jan-14	206,36 €	370.666,54 €	20-Jan-14	0,00 €	DIF. DECL.: 206,36€
				188.373,23 €			0,00 €	

4.670.885,52 €	--> Processamento do ano	Saldo Final Calculado:	182.293,31 €
		Saldo Final:	182.293,31 €
		Diferença:	0,00 €

Verificámos que a diferença referente ao mês de Novembro foi registada a crédito na conta 2622, em vez da conta 2453 – Segurança Social. A entidade deve regularizar esta situação durante o ano de 2014.

3.4.4.7.Caixa Geral de Aposentações

Identificámos um desfasamento de € 222.108,94 entre os registos contabilísticos dos ordenados e o montante das contribuições entregues à Caixa Geral de Aposentações entregues mensalmente, de acordo com o quadro seguinte:

CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES								
Processamento		Declaração			Pagamento			Observações
Valor	Data	Valor	Data	Diferença	Valor	Data	Diferença	
359.575,64 €	Saldo Inicial	359.575,64 €	3-Jan-13	0,00 €	359.575,64 €	14-Jan-13	0,00 €	
456.974,01 €	Janeiro	457.176,11 €	5-Fev-13	202,10 €	457.176,11 €	14-Fev-13	0,00 €	DIF. DECL.: 202,1€
457.534,87 €	Fevereiro	457.788,19 €	6-Mar-13	253,32 €	457.788,19 €	11-Mar-13	0,00 €	DIF. DECL.: 253,32€
488.437,38 €	Março	487.971,64 €	2-Abr-13	-465,74 €	487.971,64 €	8-Abr-13	0,00 €	DIF. DECL.: -465,74€
481.102,31 €	Abril	481.100,21 €	29-Abr-13	-2,10 €	481.100,21 €	14-Mai-13	0,00 €	DIF. DECL.: -2,1€
482.528,84 €	Maio	482.528,12 €	29-Mai-13	-0,72 €	482.528,12 €	11-Jun-13	0,00 €	DIF. DECL.: -0,72€
521.518,58 €	Junho	521.529,06 €	4-Jul-13	10,48 €	521.529,06 €	4-Jul-13	0,00 €	DIF. DECL.: 10,48€
480.566,36 €	Julho	480.436,30 €	2-Ago-13	-130,06 €	480.436,30 €	7-Ago-13	0,00 €	DIF. DECL.: -130,06€
478.612,68 €	Agosto	479.487,22 €	23-Ago-13	874,54 €	479.487,22 €	10-Set-13	0,00 €	DIF. DECL.: 874,54€
472.239,26 €	Setembro	471.494,92 €	23-Set-13	-744,34 €	471.494,92 €	11-Out-13	0,00 €	DIF. DECL.: -744,34€
473.024,06 €	Outubro	473.024,06 €	30-Out-13	0,00 €	473.024,06 €	7-Nov-13	0,00 €	
591.987,27 €	Novembro	812.719,37 €	3-Dez-13	220.732,10 €	812.719,37 €	12-Dez-13	0,00 €	DIF. DECL.: 220732,1€
468.383,18 €	Dezembro	469.762,54 €	30-Dez-13	1.379,36 €	469.762,54 €	15-Jan-14	0,00 €	L.: 1379,36€ Fora do Prazo
				222.108,94 €			0,00 €	

5.852.908,80 €	--> Processamento do ano	Saldo Final Calculado:	247.653,72 €
		Saldo Final:	247.653,72 €
		Diferença:	0,00 €

Verificámos que a diferença referente ao mês de Novembro foi registada a crédito na conta 2622, em vez da conta 2452 – CGA. A entidade deve regularizar esta situação durante o ano de 2014.

3.4.4.8.A.D.S.E.

Identificámos um desfasamento de € 30.487,48 entre os registos contabilísticos dos ordenados e o montante das contribuições entregues à ADSE entregues nos meses de Novembro e Dezembro, de acordo com o quadro seguinte:

ADSE								
Processamento		Declaração			Pagamento			Observações
Valor	Data	Valor	Data	Diferença	Valor	Data	Diferença	
60.050,11 €	Saldo Inicial	60.050,11 €	19-Dez-12	0,00 €	60.050,11 €	27-Dez-12	0,00 €	
64.223,03 €	Janeiro	64.223,03 €	30-Jan-13	0,00 €	64.223,03 €	6-Fev-13	0,00 €	
64.508,02 €	Fevereiro	64.508,02 €	28-Fev-13	0,00 €	64.508,02 €	6-Mar-13	0,00 €	
61.659,08 €	Março	61.659,08 €	20-Mar-13	0,00 €	61.659,08 €	26-Mar-13	0,00 €	
61.399,58 €	Abril	61.399,58 €	30-Abr-13	0,00 €	61.399,58 €	7-Mai-13	0,00 €	
74.977,10 €	Maio	74.977,10 €	21-Mai-13	0,00 €	74.977,10 €	27-Mai-13	0,00 €	
70.772,28 €	Junho	70.772,28 €	1-Jul-13	0,00 €	70.772,28 €	8-Jul-13	0,00 €	
65.625,91 €	Julho	65.625,91 €	23-Jul-13	0,00 €	65.625,91 €	29-Jul-13	0,00 €	
57.970,04 €	Agosto	57.970,04 €	21-Ago-13	0,00 €	57.970,04 €	26-Ago-13	0,00 €	
57.236,40 €	Setembro	57.236,40 €	2-Out-13	0,00 €	57.236,40 €	9-Out-13	0,00 €	
54.909,26 €	Outubro	54.909,26 €	4-Nov-13	0,00 €	54.909,26 €	7-Nov-13	0,00 €	
71.377,81 €	Novembro	101.865,29 €	29-Nov-13	30.487,48 €	101.865,29 €	5-Dez-13	0,00 €	DIF. DECL.: 30487,48€
45.458,48 €	Dezembro	45.577,41 €	6-Jan-14	118,93 €	45.577,41 €	13-Jan-14	0,00 €	DIF. DECL.: 118,93€
				30.606,41 €			0,00 €	

750.116,99 €	--> Processamento do ano	Saldo Final Calculado:	14.971,00 €
		Saldo Final:	14.971,00 €
		Diferença:	0,00 €

Verificámos que a diferença referente ao mês de Novembro foi registada a crédito na conta 2622, em vez da conta 2451 – ADSE. A entidade deve regularizar esta situação durante o ano de 2014.

3.4.4.9.Cofre de Previdência

Procedemos ainda à validação dos valores contabilizados, declarados e os valores efetivamente pagos relativos aos descontos para o cofre de previdência, não se tendo identificado quaisquer desfasamentos, conforme quadro seguinte:

COFRE DE PREVIDÊNCIA								
Processamento		Declaração			Pagamento			Observações
Valor	Data	Valor	Data	Diferença	Valor	Data	Diferença	
1.518,05 €	Saldo Inicial	1.518,05 €	28-Dez-12	0,00 €	1.518,05 €	11-Jan-13	0,00 €	
1.627,26 €	Janeiro	1.627,26 €	6-Fev-13	0,00 €	1.627,26 €	11-Fev-13	0,00 €	
1.647,83 €	Fevereiro	1.647,83 €	13-Mar-13	0,00 €	1.647,83 €	15-Mar-13	0,00 €	
1.646,76 €	Março	1.646,76 €	10-Abr-13	0,00 €	1.646,76 €	12-Abr-13	0,00 €	
1.636,61 €	Abril	1.636,61 €	13-Mai-13	0,00 €	1.636,61 €	15-Mai-13	0,00 €	
1.708,03 €	Maio	1.708,03 €	12-Jun-13	0,00 €	1.708,03 €	13-Jun-13	0,00 €	
1.580,58 €	Junho	1.580,58 €	4-Jul-13	0,00 €	1.580,58 €	9-Jul-13	0,00 €	
1.580,58 €	Julho	1.580,58 €	7-Ago-13	0,00 €	1.580,58 €	12-Ago-13	0,00 €	
1.568,18 €	Agosto	1.568,18 €	3-Set-13	0,00 €	1.568,18 €	9-Set-13	0,00 €	
1.568,18 €	Setembro	1.568,18 €	7-Out-13	0,00 €	1.568,18 €	11-Out-13	0,00 €	
1.707,60 €	Outubro	1.707,60 €	5-Nov-13	0,00 €	1.707,60 €	5-Nov-13	0,00 €	
1.707,60 €	Novembro	1.707,60 €	4-Dez-13	0,00 €	1.707,60 €	4-Dez-13	0,00 €	
1.747,20 €	Dezembro	1.747,20 €	7-Jan-14	0,00 €	1.747,20 €	7-Jan-14	0,00 €	
				0,00 €			0,00 €	

19.726,41 €	--> Processamento do ano	Saldo Final Calculado:	1.747,20 €
		Saldo Final:	1.747,20 €
		Diferença:	0,00 €

3.5. Acréscimos e Diferimentos

3.5.1. Revisão analítica

Evolução Trimestral	2011	2012				2013			
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Acréscimos e Diferimentos	2.240.628	14.987.833	29.972.036	39.455.516	51.289.791	55.399.937	73.728.396	67.430.524	75.959.208
		569%	100%	32%	30%	8%	33%	-9%	13%

Em comparação com o período homólogo de 2012, validámos um aumento do saldo de acréscimos de proveitos em 48,10%, estando grande parte relacionado com a faturação do contrato-programa à ACSS, IP relativo aos anos de 2012 e uma parte de 2013. Em 2012 o saldo com a ACSS era de € 61.447.857,86 tendo passado para € 85.418.542,73 em 2013, situação que revela o atraso que se verifica na faturação dos atos médicos, sendo necessário efetuar acréscimos mensais de proveitos associados ao contrato-programa, por forma a se conseguir obter informação sobre os rendimentos da entidade.

3.5.2. Trabalho desenvolvido

No quadro seguinte apresentamos um mapa resumo dos Acréscimos e Diferimentos.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						
Conta A&D	Tipo	Saldo inicial	Saldo Final	Ajustamento	Saldo Corrigido	Variação
271	Acréscimo de Vendas e PS	61.649.988,64 €	85.778.733,08 €	5.940.575,14 €	91.719.308,22 €	24.128.744,44 €
	Total acréscimo de proveitos	**61.649.988,64 €**	**85.778.733,08 €**	5.940.575,14 €	91.719.308,22 €	24.128.744,44 €
274	Diferimento Subsídios à exporação e ao investimento	1.690.300,80 €	1.456.935,34 €	49.389,55 €	1.506.324,89 €	-233.365,46 €
	Total proveitos diferidos	**1.690.300,80 €**	**1.456.935,34 €**	49.389,55 €	1.506.324,89 €	-233.365,46 €
273	Acréscimo de FSE	661.366,82 €	524.145,96 €	0,00 €	524.145,96 €	-137.220,86 €
273	Acréscimo de custos com o pessoal	6.461.481,80 €	6.010.982,25 €	0,00 €	6.010.982,25 €	-450.499,55 €
273	Acréscimo de outros custos operacionais	763.198,55 €	763.198,55 €	0,00 €	763.198,55 €	0,00 €
273	Acréscimo de juros e outros custos financeiros	807.982,63 €	1.076.329,96 €	0,00 €	1.076.329,96 €	268.347,33 €
	Total acréscimo de custos	**8.694.029,80 €**	**8.374.656,72 €**	0,00 €	8.374.656,72 €	-319.373,08 €
272	Diferimento de FSE	24.133,19 €	12.066,59 €	-12.066,59 €	0,00 €	-12.066,60 €
	Total custos diferidos	**24.133,19 €**	**12.066,59 €**	-12.066,59 €	0,00 €	-12.066,60 €

3.5.2.1. Acréscimos de Proveitos

Na conta 271911 – ACSS, IP registam-se os valores referentes ao contrato-programa do **CHBM**, na parte que respeita à Produção SNS. À medida que se emitem as faturas á ACSS, entidade que procede ao pagamento dos valores do contrato-programa, anulam-se os valores "estimados", creditando a conta 271911 pelo valor das mesmas.

Procedemos à validação dos montantes que deveriam estar acrescidos a proveitos, tendo-se detetado o seguinte:

Contrato Programa	Tipo	Valor
2011	Produção facturada, ainda não validada pela ACSS	8.533.598,70 €
2012	Produção facturada, ainda não validada pela ACSS	12.368.044,49 €
	Produção realizada, ainda não facturada	7.043.849,67 €
2013	Produção facturada, ainda não validada pela ACSS	17.033.477,10 €
	Produção realizada, ainda não facturada	35.332.198,02 €
	Verba de convergência, ainda não facturada	11.047.949,89 €
	Total acréscimo de proveitos	**91.359.117,87 €**
	Total acréscimo de proveitos contabilizado (271911)	**85.418.542,73 €**
	Diferença	**-5.940.575,14 €**

Face ao exposto verificámos que o CHBM não procedeu corretamente ao acréscimo dos proveitos respeitantes aos contratos programa, existindo uma diferença material de € 5.940.575,14. Deste modo os resultados da entidade encontram-se subvalorizados neste montante, bem como o seu ativo.

Verificámos que o contrato programa relativo ao exercício de 2013 apenas se encontra assinado pelo Conselho de Administração e não pela Tutela (Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo).

Os restantes € 360.190,35 foram por nós validados e dizem respeito a:

- € 351.674,00 referentes às taxas moderadoras de 2013 e anos anteriores que ainda não se encontravam faturadas a 31 de dezembro de 2013;
- € 8.516,35 referentes a notas de crédito de fornecedores datadas de 2014, mas que dizem respeito a operações do período de 2013.

3.5.2.2.Acréscimo de Custos

O **CHBM** registou o valor de € 6.010.982,25 relativo a uma estimativa de Remunerações a Liquidar (férias, subsídio de férias e encargos patronais), a processar e pagar em 2014.

Neste montante está também contemplado o acréscimo de horas extraordinárias, prevenções, subsídios de turno e atividade em adicional SIGIC referentes aos meses de Novembro e Dezembro de 2013, mas que apenas são pagas em Janeiro e Fevereiro de 2014, no valor total de € 699.932,85.

Estão ainda registados Outros Acréscimos de Custos no valor de € 2.363.674,47 referentes a:

- Juros a liquidar, no valor de € 1.076.329,96, compreendendo a estimativa de custos financeiros associados ao financiamento obtido junto do Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde. O cálculo deste valor foi por nós validado;
- Outros gastos com fornecimentos e serviços externos, no valor de € 524.145,96, cujas faturas têm data de 2014, no entanto referem-se a operações efetuadas durante o ano de 2013;
- Medicamentos obtidos por empréstimo em outros hospitais, no valor de € 763.198,55, cuja valorização da entrada não tinha sido contabilizada.

3.5.2.3.Proveitos Diferidos

Os proveitos diferidos ascendem ao montante de € 1.456.935,34 e resultam dos subsídios concedidos aos projetos de investimento realizados pelo **CHBM**.

Esta conta é movimentada da seguinte forma:

- a crédito, pelas entradas de dinheiro para financiamento de bens do imobilizado ligados a projetos específicos.

- a débito, pelas transferências para a conta 7983 - Proveitos e ganhos extraordinários – em subsídios para investimento, que correspondem às amortizações do imobilizado a que respeitam, na proporção do financiamento.

Na passagem da antiga aplicação de gestão de imobilizado do Hospital do Barreiro para a atual, houve um levantamento/valorização de imobilizado por uma entidade externa especializada nesta área (à semelhança do ocorrido durante o ano de 2009 no Hospital do Montijo), tendo-se perdido diversos dados e informações referentes aos bens co-financiados.

Os valores anteriores correspondem aos lançamentos contabilísticos efetuados (a crédito) nas subcontas da conta 2745 durante os anos de 2003 a 2005 e 2008 a 2013 (em 2006 e 2007 não se registaram financiamentos). Por cada valor registado apuraram-se os bens associados, tendo por base um ficheiro que elaboramos desde 2006 onde constam, por recebimento, os dados referentes aos bens adquiridos e apresentados em pedidos de pagamento efetuados pelo Hospital (o nome do fornecedor, nº fatura, data, valor, descrição do bem e nº de inventário atribuído na data de aquisição).

Este ficheiro foi durante o presente exercício devidamente validado e atualizado com os bens adquiridos em 2013 e que foram objeto de co-financiamento.

Confrontando os bens anteriores com os que constam do ficheiro disponibilizado pelos Serviços Financeiros, verificámos que existiam diferenças entre os valores inicialmente recebidos e os correspondentes valores dos bens de imobilizado. Estas diferenças eram provocadas fundamentalmente por:

- Existirem bens que, embora originalmente fizessem parte dos pedidos de pagamento, não estão atualmente classificados como co-financiados;

- Outros que foram co-financiados, mas que não foram identificados na atual base de dados de imobilizado do Hospital;

- Ainda alguns bens que, entretanto, foram abatidos;

- E, por último, existem bens atualmente classificados como co-financiados que não fazem parte das listas de bens apresentadas nos pedidos de pagamento (e considerados elegíveis) referidos anteriormente.

Deste modo, face às deficiências detetadas no sistema de gestão do imobilizado, os Serviços Financeiros do **CHBM** optaram por refletir na contabilidade os valores que resultam do ficheiro atrás mencionado.

No período de 2013, no preenchimento do ficheiro por parte do CHBM, verificou-se um conjunto de erros que provocaram diferenças entre os valores corretos e os valores contabilizados, conforme quadro seguinte:

PROJECTO	Valor Bens Imobilizado	Transferência de valor para 7983 associada a Amort 2013 (Validação ROC)	Saldo final (31/12/2013) da conta 2745 (Validação ROC)
Desenvolvimento e Apetrechamento para a área Oncológica	308.250,02	-	-
SONHO - Instalação nos vários serviços de internamento e hospitais de dia: "Instalação de Equipamento de Leitura do Cartão do Utente em todos os locais de Atendimento de Consulta Externa"	164.500,39	417,58	3.724,48
Equipamento técnico para bloco de partos Neonatologia	339.110,44	139,17	0,00
Implementação Via Verde Coronária	100.666,94	-	-
Saúde XXI: concepção e implementação de sistema de gestão	13.533,38	-	-
Implementação do sistema de Gestão de Qualidade no Serviço de Imagiologia	15.002,64	-	-
Desenvolvimento e Apetrechamento para a área Oncológica - Projecto integrado para o Hospital	107.063,75	4.014,89	41.228,03
Instalação de uma Unidade de Radioterapia	5.043.288,58	39.257,94	443.279,68
Aquisição de um Sistema de Arquivo e Comunicação de Imagem Digital (PACS)	677.031,30	-	0,00
Qualificação Unidade de Cirurgia em Ambulatório	2.009.799,22	120.094,12	663.465,09
Farmácia 1ª Fase	386.365,71	9.240,81	154.581,33
Cuidados Paliativos	229.998,81	13.955,13	175.426,04
Infertilidade/procriação médica assistida	181.982,78	11.898,98	22.290,31
Plano Nacional de Controlo de Diabetes	10.484,24	3.494,75	2.329,95
TOTAL 2013	**9.587.078,20**	**202.513,38**	**1.506.324,89**
Valores contabilizados em 2013	**-**	**233.365,46**	**1.456.935,34**
Diferença na Transferência de valor para 7983 associada a Amort 2013	**-**	**- 30.852,08**	**30.852,09**
Diferença nas Transferência associada a Amort de anos anteriores	**-**	**-**	**18.537,47**

Tendo em conta o quadro anterior e o saldo das contas 2745 a 31.12.2013, verificamos uma diferença de € 49.389,55, sendo € 30.852,09 respeitante à transferência de valor para a 7983 associada à amortização de 2013 e € 18.537,47 referente a transferências associadas a amortizações de anos anteriores.

3.5.2.4.Custos Diferidos

Os custos diferidos ascendem ao montante de € 12.066,59 e correspondem a parte da prestação anual de 2012 do contrato de assistência técnica de 3 anos com a Siemens. Verificámos que em 2012, o CHBM deferiu de forma errada a prestação anual pelos três anos do contrato, situação que ainda se manteve durante o período em análise. Esta situação foi devidamente referida no relatório de auditoria de 2012, não tendo o CHBM procedido à respetiva regularização.

3.6. Disponibilidades

3.6.1. Revisão analítica

Evolução Trimestral	2011	2012				2013			
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Disponibilidades	7.839.334	5.884.659	6.212.989	4.243.337	2.464.054	2.098.580	2.288.019	2.498.174	1.890.352
		-25%	6%	-32%	-42%	-15%	9%	9%	-24%

Validámos uma redução do saldo de disponibilidades em cerca de 23,28%, em comparação com igual período de 2012, originada principalmente por uma ligeira diminuição numa das contas do Tesouro (DGT conta nº 4422/94), cujo saldo ficou era de € 1.726.912,22 em 2012, situando-se nos € 1.163.553,50 no final de 2013.

3.6.2. Trabalho desenvolvido

No que diz respeito às disponibilidades, o nosso trabalho incidiu sobre as seguintes áreas:

- Verificação dos valores em caixa:

No que concerne à caixa, a entidade tem implementado um conjunto de fundos de maneio, em sistema de fundo fixo. Estes fundos são usados apenas para que os serviços disponham de algum dinheiro para pagamentos de pequeno montante. O valor do fundo fixo, no final do ano é devolvido aos serviços financeiros. Validámos um conjunto de despesas associadas aos fundos de maneio e as devoluções efetuadas pelos serviços e não detetámos qualquer anomalia.

VALORES MONETÁRIOS											
Conta	Caixa/Banco	*Saldo Inicial*	Contabilidade	F.C./ Banco	Dif. Recon.	Reconciliação	Diferença	Obs.	Fundo Fixo 2013	Fundo Fixo 2012	Variação dos Fundos
1111	Caixa A	*0,00 €*	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK			
11801	FM - Aprovisionamento	*0,00 €*	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	350,00 €	350,00 €	0,00
11802	FM - Tesouraria	*0,00 €*	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	300,00 €	500,00 €	-200,00
11803	FM - C. Ext. Admissão Doentes	*0,00 €*	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	80,00 €	100,00 €	-20,00
11804	FM - S.I.E.	*0,00 €*	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	400,00 €	650,00 €	-250,00
11806	FM - Serviço Social	*0,00 €*	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	200,00 €	200,00 €	0,00
11808	FM - Pedops	*0,00 €*	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	35,00 €	90,00 €	-55,00
11812	FM - Urgência	*0,00 €*	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	170,00 €	170,00 €	0,00
11814	FM - Transportes	*0,00 €*	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	100,00 €	100,00 €	0,00
11817	FM - Pediatria	*0,00 €*	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	35,00 €	30,00 €	5,00
11818	FM - Administração	*0,00 €*	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	150,00 €	100,00 €	50,00
	Total Caixa	*0,00 €*	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK			

- Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela empresa:

VALORES MONETÁRIOS								
Conta	Caixa/Banco	*Saldo Inicial*	Contabilidade	F.C./ Banco	Dif. Recon.	Reconciliação	Diferença	Obs.
12101	CGD - 34483/930	*98.577,34 €*	0,00 €	81.522,78 €	-81.522,78 €	81.522,78 €	0,00 €	OK
12102	CGD - 000225/130	*42.249,56 €*	0,00 €	532,02 €	-532,02 €	0,00 €	-532,02 €	Não Reconciliado
12109	BES - 52901256	*572.722,78 €*	531.939,60 €	554.596,68 €	-22.657,08 €	22.657,08 €	0,00 €	OK
12110	BES Multibanco - 0003 2309 1869	*8.492,38 €*	5.007,76 €	5.007,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
12114	Santander	*0,00 €*	128.841,36 €	46.750,00 €	82.091,36 €	-82.216,34 €	-124,98 €	Não Reconciliado
12115	Santander Jornadas	*0,00 €*	45.909,82 €	45.929,82 €	-20,00 €	0,00 €	-20,00 €	Não Reconciliado
	Total D.O.	*722.042,06 €*	711.698,54 €	734.339,06 €	-22.640,52 €	21.963,52 €	-677,00 €	Não Reconciliado
13101	DGT Conta nº 4422/94	*1.726.912,22 €*	1.163.553,50 €	1.193.085,20 €	-29.531,70 €	4.824,82 €	-24.706,88 €	Não Reconciliado
13102	DGT Conta nº4028/Montijo	*15.099,98 €*	15.099,98 €	15.099,98 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
	Total D.P.	*1.742.012,20 €*	1.178.653,48 €	1.208.185,18 €	-29.531,70 €	4.824,82 €	-24.706,88 €	Não Reconciliado
	Total Valores Monetários	***2.464.054,26 €***	**1.890.352,02 €**	**1.942.524,24 €**	**-52.172,22 €**	**26.788,34 €**	**-25.383,88 €**	**Não Reconciliados**

Da leitura do quadro acima, podemos verificar que se encontravam pendentes nas reconciliações bancárias, num montante total de € 52.172.22, dos quais conseguimos reconciliar € 26.788,34.

Analisadas as reconciliações bancárias das entidades acima identificadas, verificámos o seguinte:

- A conta 12115 (Banco Santander – conta jornadas) apresentava no final do ano, um saldo de € 20,00 pendentes de contabilização pelo Hospital:

Itens em Aberto nas Reconciliações Bancárias			
Valores creditados no banco não contabilizados na C/C do hospital			
#12115	23-12-2013	DEPÓSTIO EXTERNO jorcardi	-20,00 €
		TOTAL	**-20,00 €**

- No final do ano, a conta 12102 (CGD - 000225/130 – conta jornadas) apresentava os seguintes valores pendentes de contabilização pelo Hospital:

Itens em Aberto nas Reconciliações Bancárias			
Valores creditados no banco não contabilizados na C/C do hospital			
Conta	Data	Descrição	Valor
#12102	30-09-2013	Patrocinio Oasipor 0006488391	-750,00 €
#12102	22-10-2013	TRF ANA FILIPA DIAS	-20,00 €
#12102	21-10-2013	TRANSF IB 000225130	-20,00 €
#12102	29-10-2013	TRANSF IB 00350255001 0018242604	-40,00 €
#12102	30-10-2013	TRANSFERENCIA 0007529680	-20,00 €
#12102	05-11-2013	TRF OLENA FTOMOVA	-20,00 €
#12102	06-11-2013	TRF CXDOL 0009736534	-20,00 €
#12102	12-11-2013	TRANSF IB 00350676000 0011061204	-20,00 €
#12102	15-11-2013	TRF DRA. MARIA ROSARI	-20,00 €
#12102	18-11-2013	TRANSF IB 000225130	-20,00 €
#12102	21-11-2013	TRANSF IB 000225130	-40,00 €
#12102	02-12-2013	TRANSF IB 00350141000 0016564804	-20,00 €
#12102	04-12-2013	TRANSF IB 000225130	-20,00 €
#12102	06-12-2013	TRF ABBOTT	-500,00 €
#12102	06-12-2013	TRANSF IB 000225130	-20,00 €
#12102	08-12-2013	TRANSF IB 00350141000 0016471404	-20,00 €
#12102	11-12-2013	TRANSF IB 00350995006 0016042204	-20,00 €
#12102	11-12-2013	TRANSF IB 00350995006 0016062204	-20,00 €
		TOTAL	**-1.610,00 €**
Valores a débito na C/C do Hospital não contabilizados no banco			
#12102	11-12-2013	TRANSFERENCIA JORNADAS NAO IDENTIFICADAS	1.077,98 €
		TOTAL	**1.077,98 €**

- Relativamente à conta 12114 (Depósitos à ordem – Banco Santander) apresentava os seguintes valores pendentes de contabilização pelo Hospital, conforme quadro seguinte:

Itens em Aberto nas Reconciliações Bancárias			
Valores creditados no banco não contabilizados na C/C do hospital			
#12114	31-12-2013	EST-0002TPA-00786648PER-017	-30,64 €
#12114	31-12-2013	EST-0002TPA-00786648PER-018	-30,64 €
#12114	31-12-2013	EST-0002TPA-00786647PER-011	-33,51 €
#12114	31-12-2013	EST-0002TPA-00786646PER-007	-32,96 €
#12114	31-12-2013	EST-0002TPA-00786644PER-008	-7,68 €
#12114	31-12-2013	EST-0002TPA-00786643PER-008	-4,55 €
#12114	31-12-2013	PARTE DE PRESTAÇÃO	15,00 €
		TOTAL	**-124,98 €**

De referir que identificámos um movimento corresponde a uma transferência efetuada em Dezembro de 2013 da conta da Caixa Geral de Depósitos (conta 34483/930) para o Banco Espírito Santo (conta 52901256) no valor de € 81.277,55, que por lapso foi contabilizada na conta 12114, em vez de ser na conta 12109. A situação encontra-se identificada e será regularizada no próximo exercício.

- Relativamente à conta 13101 da Direção Geral do Tesouro (nº 4422), apresentava em 31 de Dezembro uma diferença de reconciliação de € 29.531,70, dos quais não foi possível reconciliar € 24.706,88, conforme discriminado abaixo:

Itens em Aberto nas Reconciliações Bancárias			
Valores creditados no banco não contabilizados na C/C do hospital			
#13101	30-12-2013	TR 61937371	-23.887,00 €
		TOTAL	**-23.887,00 €**
Valores a crédito na C/C do Hospital não contabilizados no banco			
#13101	06-11-2013	Rest.Lev.Penhora-M.ª Carmo Picare	-174,32 €
#13101	06-11-2013	Rest.Lev.Penhora João Almeida	-13,58 €
#13101	13-12-2013	Restit. Lev Penhora	-631,98 €
		TOTAL	**-819,88 €**

Não foram detetados desfasamentos entre o valor verificado e o valor constante na contabilidade da entidade.

3.7. Provisões e Outras Contingências

Em relação às provisões e outras contingências foram realizadas as seguintes ações:

- Reuniões com os responsáveis da entidade por forma a obter informações sobre cobranças em curso, litígios ou ações judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais;
- Solicitação direta a advogados e outras entidades de informações sobre cobranças em curso, litígios ou ações judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida;
- Análise das situações justificativas da constituição de provisões para riscos e encargos e divulgação de passivos ou responsabilidades contingentes.

De acordo com os relatórios dos advogados, no que respeita a provisões para processos judiciais em curso, existem diversos processos interpostos contra o **CHBM**, ainda em curso em Dezembro de 2013, tendo sido constituídas as correspondentes provisões, de acordo com o mapa da página seguinte:

MAPA DE PROVISÕES OUTROS RISCOS E ENCARGOS

Descrição	Valor	% Provisionada	% Fisc. Aceite	% Fiscal Anos Anteriores	Total
937/08.9BEALM - Irene Maria Silva Marques Sabino	500.000,00 €	30%	30%	30%	150.000,00
31000051 - Autoridade Condições Trabalho	30.600,00 €	30%	30%	0%	9.180,00
388/12.8TTBRR - Carla Santos e outros técnicos de radioterapia	126.000,00 €	100%	100%	0%	126.000,00
670/12.7BEALM - ZUCOTEC - Soc. Construções, Lda.	1.250.000,00 €	21%	21%	0%	264.274,48
1092/12.5BEALM - BNP Paribas Factor	1.462.636,25 €	2%	2%	0%	31.677,00
349/06.9BEALM - Maria Gabriela Lopes e Felizardo Marques	27.997,04 €	100%	100%	100%	27.997,04
762/11.0BEALM - Sindicato Médicos Zona Sul	32.048,06 €	50%	50%	50%	16.024,03
		2012		**2013**	**625.152,55**
		2011		**2012**	**771.421,70**
Valor Provisionado (contab.)	**-146.269,15**		**V. Cálculado: Diminuição**		**-146.269,15**
Valor líquido (Custo - Proveito)			**Diferença / Correcção**		**0,00**

O valor provisionado para fazer face a riscos e encargos com processos judiciais em curso, no montante total de € 625.152,55, foi por nós validado, tendo sido calculado com base no relatório dos advogados. Consideramos o valor adequado face às obrigações que podem decorrer de tais processos.

O valor das contas de terceiros constantes no Balanço representa de forma verdadeira e apropriada o montante dos direitos e obrigações que o CHBM tem perante terceiros.

4. RESULTADOS

Rubricas	31-12-2013	31-12-2012	% Var.
Proveitos e Ganhos	**71.804.796,50 €**	**65.280.461,83 €**	10%
Vendas e Prestações de Serviços	70.352.031,48 €	62.929.818,54 €	12%
Proveitos Suplementares	345.341,87 €	338.360,13 €	2%
Transf. e Sub. Correntes Obtidos	3.328,73 €	5.719,94 €	-42%
O. Prov. e Ganhos Operac.	121.099,83 €	305.770,43 €	-60%
Prov. e Ganhos Financeiros	27.375,35 €	803.300,07 €	-97%
Prov. e Ganhos Extraordinários	955.619,24 €	897.492,72 €	6%
Custos e Perdas	**75.730.038,89 €**	**83.560.117,88 €**	-9%
CMVMC	17.136.811,42 €	18.352.267,79 €	-7%
FSE	11.646.195,97 €	12.026.433,61 €	-3%
Custos c/ Pessoal	43.467.334,79 €	43.143.200,12 €	1%
Outros Custos e Perdas Operac.	19.173,44 €	33.053,18 €	-42%
Depreciações/Amortizações	3.082.850,81 €	3.470.009,86 €	-11%
Provisões do Exercício	- €	369.990,93 €	-100%
C. e P. Financeiros	272.432,76 €	269.668,97 €	1%
C. e P. Extraordinários	105.239,70 €	5.895.493,42 €	-98%
Resultado Antes de Impostos	**- 3.925.242,39 €**	**- 18.279.656,05 €**	79%

Verificámos uma melhoria de 79% nos resultados antes de impostos, provocada essencialmente pelo aumento de 12% das Vendas e Prestações de Serviços, acrescida da redução de 7% no CMVMC e de 42% nos outros custos e perdas operacionais.

Foram analisados e testados os vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício.

4.1. Proveitos e Ganhos

O volume das prestações de serviços foi analisado e validado aquando dos testes efetuados nas áreas de clientes e outros devedores não financeiros e de acréscimos e diferimentos. Os ganhos financeiros

foram também validados aquando dos testes efetuados às retenções efetuadas por terceiros e aos fornecedores.

Verificámos que os proveitos encontram-se subvalorizados em € 5.940.575,14, pelo facto da entidade não ter efetuado corretamente o acréscimo dos proveitos resultantes dos contratos programa.

O mapa seguinte apresenta os restantes proveitos e ganhos, ainda não abrangidos nos pontos anteriores do presente relatório:

OUTROS PROVEITOS				
Conta	Tipo	Saldo da conta*	Ajustamento	Saldo Corrigido
73	Proveitos suplementares	345.341,87 €	0,00 €	345.341,87 €
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	121.099,83 €	0,00 €	121.099,83 €
793	Ganhos em existências	175.604,76 €	0,00 €	175.604,76 €
794	Ganhos em imobilizado	650,32 €	0,00 €	650,32 €
795	Benefícios e penalidades contratuais	7.271,13 €	0,00 €	7.271,13 €
796	Redução de Amort. e Provisões	73.769,15 €	0,00 €	73.769,15 €
797	Correcções relativas a períodos anteriores	443.817,67 €	0,00 €	443.817,67 €
7988	Outros proveitos não especificados	21.140,75 €	0,00 €	21.140,75 €

Os restantes proveitos foram igualmente validados e verificadas as ocorrências que motivaram a existência de proveitos extraordinários.

4.2. Custos e Perdas

Os seguintes custos e perdas foram analisados nos pontos associados:

- Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas foi analisado aquando dos testes efetuados na área de existências – ver ponto 3.3;
- Amortizações do imobilizado encontram-se analisadas no ponto 3.2;
- Ajustamentos ao ativo da entidade encontram-se analisados nos pontos 3.2, 3.3 e 3.4.2;
- Provisões encontram-se analisadas no ponto 3.7;
- Outros custos financeiros foram analisados no ponto 3.4.3.

Foram analisados os fornecimentos e serviços externos ocorridos em 2013. Foram por nós validados um conjunto de documentos, selecionados por amostragem e para os quais foram validados:

- O seu correto registo contabilístico:
- A necessidade de especializações;
- O cumprimento de todos os requisitos constantes no art.º 36 do CIVA.

Não foi detetada qualquer situação que coloque em causa a fiabilidade do valor deste item.

Foi testado o processamento de salários do mês de **Novembro de 2013**. De referir que as retenções de rendimentos bem como as demais contribuições encontram-se analisadas no ponto 3.4.4..

Do teste efetuado verificámos que a entidade contabilizou incorretamente as verbas respeitantes à Segurança Social, à CGA e à ADSE referentes ao subsídio de férias que foi processado neste mês. Com efeito, em vez destes valores serem registados nas contas específicas (2451 – ADSE; 2452 – CGA; 2453 – Segurança Social), foram registados na conta 2622, que deste modo ficou no final do ano com um saldo credor de € 429.876,67. Recomendamos que esta situação seja devidamente retificada durante o ano de 2014.

Foi também testada a estimativa de férias e subsídio de férias. A mesma encontra-se analisada no ponto 3.5.2.2

O mapa seguinte apresenta os restantes custos e perdas, ainda não abrangidos nos pontos anteriores do presente relatório:

OUTROS CUSTOS				
Conta	Tipo	Saldo da conta*	Ajustamento	Saldo Corrigido
65	Outros custos e perdas operacionais	19.173,44 €	0,00 €	19.173,44 €
692	Dívidas incobráveis	408,75 €	0,00 €	408,75 €
693	Perdas em existências	4.179,02 €	0,00 €	4.179,02 €
694	Perdas em imobilizações	1.889,75 €	0,00 €	1.889,75 €
695	Multas e penalidades	9,60 €	0,00 €	9,60 €
697	Correcções relativas a períodos anteriores	34.665,02 €	0,00 €	34.665,02 €
698	Outros custos e perdas extraordinários (excepto insuficiência da estimativa para impostos)	59.392,42 €	0,00 €	59.392,42 €

5. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

5.1. Orçamento de Resultados

5.1.1. Orçamento de Proveitos e Ganhos

Os valores da execução orçamental são resumidos no quadro seguinte:

Contas		Orçamento 2013	Realizado 2013	Desvio Valor	Desvio %
71	Vendas e prestações de serviços	63.565.836	70.352.039	6.786.203	10,7
73	Proveitos suplementares	301.200	345.342	44.142	14,7
74	Transferências e subsídios correntes obtidos	0	3.329	3.329	2.888,0
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	1.014.448	121.100	(893.348)	(88,1)
78	Proveitos e ganhos financeiros	93.960	27.375	(66.585)	(70,9)
79	Proveitos e ganhos extraordinários	120.250	955.619	835.369	694,7
		65.095.694	71.804.797	6.709.102	10,3

- No final de 2013, o total dos **Proveitos e Ganhos** ficou 10,3% acima do montante orçamento, o que se traduz num aumento da receita em cerca de 6,7 milhões de euros face ao previsto. De referir que uma parte substancial dos valores é estimada e contabilizada a título de acréscimo de proveitos (€ 85.418.542,73 ao SNS), pelo que a sua execução fica sempre dependente do grau de cumprimento do contrato-programa com a ACSS. De referir que não foram acrescidos cerca de 5,9 milhões de euros referentes aos contratos programa, pelo que o valor ficaria muito mais superior face ao previsto;

- As **Prestações de Serviços** situam-se 10,7% acima do orçamentado para esta rubrica, o que representa um desvio positivo de € 6.786.203, devido a um aumento embora puco expressivo, do número de consultas, cerca de 4.920 consultas realizadas, que em igual período de 2012. De referir, como já afirmado no parágrafo anterior, que este valor inclui o valor estimado para os meses de Janeiro a Dezembro, referente às prestações de serviços efetuadas a doentes do SNS no âmbito do contrato-programa, tendo em conta a produção verificada;

- Os **Proveitos Suplementares** provêm da cedência da exploração ou de utilização das instalações do Hospital e ficaram acima do montante orçamentado para o período em análise (14,7%) com um desvio positivo de € 44.142;

- A rubrica de **Transferências e Subsídios Correntes Obtidos** não estava orçamentada, apresentando por isso um desvio positivo de € 3.329;

- Relativamente aos **Outros Proveitos e Ganhos Operacionais**, ficaram abaixo do montante do orçamento anual para a rubrica em cerca de 88,1%, a que corresponde um desvio negativo de € 893.348, o que se traduz numa redução dos reembolsos dos encargos suportados pelo Hospital;

- Os **Proveitos e Ganhos Financeiros** situaram-se abaixo do montante orçamentado em 70,9% representando um desvio negativo de € 66.585;

- Os **Proveitos e Ganhos Extraordinários** superaram o orçamento anual em € 835.369, apresentando um desvio positivo de 694,70%.

  De um modo geral, importa realçar que os proveitos totais do Hospital registaram um aumento significativo em comparação com os resultados obtidos em 2012, por via do reforço do contrato programa através da concessão de uma verba de convergência na ordem dos 11 milhões de euros para reequilíbrio financeiro das responsabilidades assumidas pelo CHBM.

5.1.2. Orçamento de Custos e Perdas

Os valores da execução orçamental são resumidos no quadro seguinte:

Contas		Orçamento 2013	Realizado 2013	Desvio Valor	Desvio %
61	CMVMC	18.157.458	17.136.811	(1.020.647)	(5,6)
62	Fornecimentos e serviços externos	11.864.975	11.646.196	(218.779)	(1,8)
64	Custos com o pessoal	41.170.995	43.467.335	2.296.340	5,6
65	Outros custos e perdas operacionais	25.272	19.173	(6.099)	(24,1)
66	Amortizações do exercício	3.087.452	3.082.851	(4.601)	(0,1)
67	Provisões do exercício	25.000	0	(25.000)	(100,0)
68	Custos e perdas financeiras	273.389	272.433	(956)	(0,3)
69	Custos e perdas extraordinários	28.196	105.240	77.044	273,2
		74.632.737	**75.730.039**	**1.097.302**	**1,5**

- De acordo com os valores registados na Contabilidade, os **Custos e Perdas** atingiram no fim de 2013, 101,47% do valor anual orçamentado, resultando um desvio de € 1.097.302;

- Os **Consumos** apresentam um grau de execução inferior ao valor orçamentado (5,6%), sendo que as descidas mais significativas se verificaram no consumo de Medicamentos, (€ 1.029.697), nos Reagentes e Produtos de Diagnóstico Rápido (€ 195.364) e no Material de Consumo Clínico de Tratamento (€ 131.640). De referir que, comparativamente com igual período de 2012, verificamos uma descida menos acentuada no consumo de medicamentos (registou-se uma diminuição de € 2.686.032 no último trimestre de 2012) e no consumo de reagentes (que me 2012 registou uma descida de € 225.765), ao contrário do constatado relativamente ao Material de Consumo Clínico de Tratamento (que registou uma descida de € 39.109 em 2012). De referir que a descida verificada no que respeita ao consumo de medicamentos, deve-se não só a uma redução no preço dos medicamentos como ainda, devido ao acordo celebrado entre o Ministério da Saúde e a Apifarma;

- Os **Fornecimentos e Serviços Externos** situaram-se 1,8% abaixo do orçamentado para o período, traduzindo-se num desvio desfavorável de € 218.779 que é justificado principalmente pela descida na rubrica de Honorários (€ 460.197), associada à transferência das prestações de serviços médicos realizados por profissionais liberais que passaram a ser realizados por empresas, sendo ainda de considerar o término de alguns contratos de trabalho com médicos. Validámos ainda outras descidas, apesar de menos expressivas, nas rubricas de Trabalhos Especializados (€ 86.116), Vigilância e Segurança (€ 58.446) e Limpeza, higiene e conforto (€ 90.419). De referir, que apesar desta situação, verificámos um aumento dos encargos com determinadas componentes de custos, nomeadamente com Comunicações, Rendas e alugueres e com Conservação e reparação;

- No que se refere aos **Custos com o Pessoal** o montante executado ficou 5,6% acima do orçamentado para 2013, representando um desvio positivo de € 2.296.340. Este grau de execução acima do orçamento, explica-se pela contabilização a 100% das provisões para os subsídios de férias e subsídios de natal de todos os funcionários, situação que em 2012 se restringia aos subsídios acima dos € 1.100,00, situação que não se encontrava prevista no orçamento. Esta medida fez aumentar os custos com o pessoal em cerca de 2,8 milhões de euros entre as rubricas de Subsídio de férias e subsídio de natal (€ 1.831.831), bem como nos Encargos sobre remunerações (€ 955.642). Os aumentos verificados ao nível das Pensões (€ 34.800) e dos Outros custos com o pessoal (€ 97.483), respeitam à aposentação de um médico chefe e ao pagamento de indeminizações por despedimento respetivamente. De referir que os despedimentos resultam da reestruturação dos efetivos em resultado da nomeação da nova administração do Hospital;

  Em resultado das fortes medidas restritivas, no que respeita ao trabalho extraordinário, impostas pela Lei nº 68/2013 de 29 de Agosto do Orçamento de Estado para 2013, verificaram-se mais uma vez, descidas nas rubricas de Trabalho extraordinário (€ 881.660), Prevenções (€ 9.955) e Noites e suplementos (€ 1.042.817). Relativamente à descida verificada nas Remunerações base do pessoal em cerca de 2%, esta está associada à saída de 32 efetivos (1 dirigente, 1 técnico superior de saúde, 8 enfermeiros, 5 TDT, 5 assistentes técnicos e 22 assistentes operacionais), sendo que em termos de novas contratações apenas entraram 8 médicos e 1 técnico superior. No quadro abaixo detalha-se os custos com pessoal por rubrica:

	Contas		4º Trimestre		Variação	
			2013	2012	Valor	%
Orgãos Directivos	6411	Renumeração Base	161.165	191.469	(30.304)	(15,8)
	6412	Subsidio de Férias e Natal	44.369	12.872	31.497	244,7
	64131	Subsidio de Refeição	4.155	4.193	(38)	(0,9)
	64134	Despesas de Representação	44.201	55.360	(11.159)	(20,2)
	6414	Prestações Sociais Directas	2.248	116	2.132	1.838,3
Pessoal	6421	Renumerações Base do Pessoal	25.017.842	25.531.139	(513.297)	(2,0)
	642211	Horas Extraordinárias	2.814.605	3.696.265	(881.660)	(23,9)
	642212	Prevenções	83.152	93.108	(9.955)	(10,7)
	642221	Noites e Suplementos	1.400.574	2.443.392	(1.042.817)	(42,7)
	64223	Abono Para Falhas	844	903	(59)	(6,5)
	64224	Subsídios de Refeição	1.459.932	1.483.841	(23.909)	(1,6)
	64225	Ajudas de Custo	2.989	469	2.520	536,8
	642281	CIGIC	94.253	155.535	(61.282)	(39,4)
	642289	Outros	105.483	145.189	(39.706)	(27,3)
	6423	Prestações Sociais Directas	40.138	42.620	(2.482)	(5,8)
	6424	Subsídio de Férias e Natal	4.291.869	2.460.038	1.831.831	74,5
	643	Pensões	167.864	133.064	34.800	26,2
	645	Encargos s/ Remunerações	7.537.703	6.582.061	955.642	14,5
	646	Seg. Contra Ac. & Doen. Prof.	1.213	139	1.074	771,0
	647	Encargos Sociais Voluntários	89.886	106.062	(16.176)	(15,3)
	648	Outros Custos Com Pessoal	102.849	5.366	97.483	1.816,8
			43.467.334,79	43.143.200	324.135	0,8

- Os **Outros Custos e Perdas Operacionais** apresentam um desvio negativo em 24,1% face ao orçamento anual, que resulta da política de contenção de custos que tem vindo a ser seguida;

- Relativamente às **Amortizações do Exercício**, verificámos que ficaram ligeiramente abaixo do orçamento para 2013 em € 4.601, decorrente do término normal da vida útil dos bens e à existência de imobilizações em curso em fase de conclusão, que ainda não originam amortizações;

- Considerando o orçamento para os **Custos e Perdas Financeiras**, verificámos que também esta rubrica ficou abaixo do orçamento anual (0,3%), justificada pela redução das taxas de juro;

- No que respeita aos **Custos e Perdas Extraordinárias**, a execução ficou acima do orçamentado (€ 77.044), no entanto face ao ano anterior, representa um decréscimo destes custos em 98%, essencialmente porque no anterior havia-se contabilizado o montante de € 5.243.934,07 para correção da estimativa de proveitos do SNS relacionada com o Contrato-Programa de 2010 e 2011, que estava feita por excesso.

5.2. Orçamento e Cabimentação

5.2.1. FSE e Subcontratos

A rubrica dos **Subcontratos** encontra-se cabimentada em € 4.394.229, traduzindo-se num grau de execução de 99,9% face ao montante orçamentado, conforme quadro seguinte:

Contas			2013		Orçamento Disponível	% Execução Orçamental
			Orçamento	Cabimentos		
6211		ASSISTENCIA AMBULATORIA	1.245.669	1.245.396	273	100,0
6214		PROD. VENDIDOS P/ FARMÁCIAS	22.090	22.090	0,0	100,0
6215		INTERNAMENTO	517.170	517.170	0	100,0
ENT.MINISTERIO SAUDE	621811	ASSISTENCIA AMBULATORIA	1.252	1.252	0	100,0
	621812	MEIOS COMPL. DIAGNOSTICO	413.347	412.209	1.138	99,7
	621813	MEIOS COMPL. TERAPEUTICA	525.894	525.042	851	99,8
	621815	INTERN. E TRANSPORTE DOENTES	120.048	120.048	0	100,0
EM OUTRAS ENTIDADES	621891	ASSISTENCIA AMBULATORIA	338	338	0	100,0
	621892	MEIOS COMPL. DIAGNOSTICO	1.108.330	1.107.056	1.274	99,9
	621893	MEIOS COMPL. TERAPEUTICA	2.020	1.940	80	96,0
	621895	INTERNT TRANSPORTE DOENTES	370.780	370.691	89	100,0
	621896	APARELHOS COMPL. TERAPEUTICA	70.999	70.999	0	100,0
			4.397.936	**4.394.229**	**3.706**	**99,9**

No que respeita aos **Fornecimentos e Serviços** e considerando o orçamento anual disponível para esta rubrica (€ 7.467.039,33) verificámos um grau de execução de 99,9% correspondendo a um gasto total de € 7.462.241,8.

Verificámos que na generalidade, as rubricas de custo situam-se perto do limite anual orçamentado (100%), com exceção das rubricas de Ferramentas e utensílios (90,3%) e de Contencioso e notariado (96,3%), conforme se apresenta no quadro da página seguinte:

Contas		2013		Orçamento Disponível	% Execução Orçamental
		Orçamento	Cabimentos		
62211	Electricidade	665.910	665.854	56	100,0
62212	Combustiveis	540.890	540.444	446	99,9
62213	Água	242.144	242.144	0	100,0
62215	Ferramentas & Utensílios	2.000	1.806	194	90,3
62216	Livros & Documentos Técnicos	16.929	16.929	0	100,0
62219	Rendas & Alugueres	84.000	83.913	87	99,9
62222	Comunicações	248.322	248.074	248	99,9
62223	Seguro	63.340	63.007	333	99,5
62225	Transporte de Mercadorias	659	659	0	100,0
62227	Deslocações & Estadias	220	220	0	100,0
62229	Honorários	899.000	898.430	570	99,9
62231	Contencioso & Notariado	17.200	16.562	638	96,3
62232	Conservação e Reparação	1.148.700	1.148.204	496	100,0
62233	Publicidade & Marketing	4.600	4.565	35	99,2
62234	Limpeza, Higiene & Conforto	1.163.670	1.163.396	274	100,0
62235	Vigilancia & Segurança	284.300	283.635	665	99,8
62236	Trabalhos Especializados	2.037.106	2.036.372	734	100,0
62298	Outros	48.049	48.028	21	100,0
		7.467.039	**7.462.241,8**	**4.798**	**99,9**

5.2.2. Custos com o Pessoal

Validámos que a rubrica de **Custos com o Pessoal** superou o valor do orçamento anual disponibilizado (€ 41.170.995), correspondendo os cabimentos a 105,4% do orçamento, em conformidade com o explicado no ponto 5.1.2.

Neste sentido, as subcontas em que o valor cabimentado superou o orçamentado foram: nas Remunerações base (106,6%), no Subsídio de férias e de natal (221%) e nas Despesas de representação (110,3%), dos órgãos diretivos. Relativamente ao pessoal e de acordo com estipulado no orçamento de estado para 2013, no que respeita ao pagamento do subsídio de férias e de natal a 100% para todos os funcionários públicos, validámos cabimentações superiores ao orçamento definido nas seguintes rubricas: Ajudas de custo (149,5%), Outros custos com o pessoal (120,6%) e Subsídios de férias e de natal (163,2%). Consequentemente, esta situação verifica-se igualmente nos Encargos sobre remunerações (121,7%), nas Pensões (101,8%) e nos Seguros contra acidentes e doenças profissionais (121,3%).

	Contas		2013 Orçamento	2013 Cabimentos	Orçamento Disponível	% Execução Orçamental
Orgãos Directivos	6411	Renumeração Base	167.190	178.236	(11.046)	106,6
	6412	Subsidio de Férias e Natal	20.080	44.369	(24.289)	221,0
	64131	Subsidio de Refeição	4.400	4.155	245	94,4
	64134	Despesas de Representação	40.065	44.201	(4.136)	110,3
	6414	Outras Prestações Sociais	4.200	2.248	1.952	53,5
Pessoal	6421	Renumerações Base do Pessoal	25.131.982	25.018.592	113.390	99,5
	642211	Horas Extraordinárias	2.885.411	2.814.605	70.806	97,5
	642212	Prevenções	83.174	83.152	22	100,0
	642221	Noites e Suplementos	1.906.876	1.400.574	506.302	73,4
	64223	Abono Para Falhas	900	856	44	95,1
	64224	Subsídios de Refeição	1.512.015	1.460.119	51.896	96,6
	64225	Ajudas de Custo	2.000	2.989	(989)	149,5
	642281	CIGIC	92.250	0	92.250	0,0
	642289	Outros	87.480	105.483	(18.003)	120,6
	6423	Prestações Sociais Directas	45.662	40.208	5.454	88,1
	6424	Subsídio de Férias e Natal	2.629.283	4.291.512	(1.662.229)	163,2
643		Pensões	164.880	167.864	(2.984)	101,8
645		Encargos s/ Remunerações	6.194.501	7.537.852	(1.343.351)	121,7
646		Seg. Contra Ac. & Doen. Prof.	1.000	1.213	(213)	121,3
647		Encargos Sociais Voluntários	93.046	89.886	3.160	96,6
648		Outros Custos Com Pessoal	104.600	102.849	1.751	98,3
			41.170.995	**43.390.963**	**(2.219.968)**	**105,4**

5.2.3. Compras de Matérias-Primas

Os valores da execução orçamental são resumidos no quadro seguinte:

	Contas		2013 Orçamento	2013 Cabimentos	Orçamento Disponível	% Execução Orçamental
Produtos Farmacêuticos	616111	Medicamentos CN nº3/2012	12.691.947	12.145.093	546.854	95,7
	616112	O.Mat Consumo Clin CN nº3/2012	219.390	218.802	588	99,7
	61612	Reagentes e Prod.Diag. Rápido	1.580.681	1.578.745	1.936	99,9
	61619	Outros Produtos Farmacêuticos	314.360	314.334	26	100,0
Material de Consumo Clinico	61621	De Penso	152.020	151.297	723	99,5
	61622	Artigos Cirurgicos	311.740	310.777	963	99,7
	61623	De Tratamento	674.974	669.866	5.108	99,2
	61624	De Electromedicina	22.050	20.497	1.553	93,0
	61625	De Laboratório	91.241	89.091	2.150	97,6
	61626	Proteses	692.958	689.077	3.881	99,4
	61627	Osteosintese	204.450	201.420	3.030	98,5
	61629	Outro Mat. Consumo Clinico	846.980	846.852	128	100,0
6163		Produtos Alimentares	3.100	3.071	29	99,1
6164		Material de Consumo Hoteleiro	118.560	111.679	6.881	94,2
6165		Mat. Consumo Administrativo	105.256	100.506	4.750	95,5
6166		Mat. Manutenção e Conservação	126.251	110.372	15.879	87,4
6169		Outro Material de Consumo	1.500	1.337	163	89,1
			18.157.458	**17.562.818**	**594.640**	**96,7**

Verificámos o nível de execução orçamental para as compras no final do 2013, tendo validado que face ao orçamento disponível, foram comprometidos 96,7%, correspondendo a uma poupança de € 594.640.

5.2.4. Investimentos

Os valores da execução orçamental são resumidos no quadro seguinte:

Contas		2013		Orçamento Disponível	% Execução Orçamental
		Orçamento	Cabimentos		
422	Edifícios & Outras Constr.	450.000	14.369	435.631	3,2
423	Equipamento Básico	333.000	310.071	22.929	93,1
425	Ferramentas & Utensílios	3.000	0	3.000	0,0
426	Equip. Administ. e Informático	93.000	33.915	59.085	36,5
		879.000	**358.355**	**520.645**	**40,8**

Validámos que apenas se cabimentou 40,8% do orçamento previsto, o que representa um valor disponível de € 520.645 no final de 2013. Este valor é perfeitamente normal face a todas as limitações orçamentais impostas pela tutela.

IV – Prestação de Contas

Nesta área de auditoria procedemos a um conjunto de verificações de forma a ser possível formular a nossa opinião sobres dois aspetos que consideramos essenciais na prestação de contas das entidades públicas: o cumprimento das obrigações decorrentes de um conjunto de normativos a que a entidade está subordinada; e, os processos e procedimentos instituídos e praticados no que concerne á contratação púbica. As principais conclusões são relatadas nos pontos seguintes.

6. Cumprimento das Obrigações

6.1. Dever de informação

O **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.** (CHBM) cumpriu com os deveres de informação, dado ter reportado à DGTF, IGF, ARS os seguintes instrumentos de gestão:

- Os Documentos de prestação anual de contas individuais, bem como o relatório anual da fiscalização do revisor oficial de contas referente ao exercício de 2012, foram remetidos em 2 de Julho de 2013 á ACSS e á ARSLVT e na mesma data foram ainda enviados ao Tribunal de Contas;

- O Plano estratégico para 2013 foi inserido na aplicação da ACSS no sistema SICA;

- Os Relatórios Analíticos de Desempenho Económico-Financeiro são elaborados mensalmente e enviados à ARS e à ACSS até ao dia 10 de cada mês;

- O relatório de governo societário expressa de forma apropriada os princípios subjacentes ao bom governo da entidade, designadamente explicitação das condições e níveis de cumprimento de orientações e objetivos de gestão.

6.2. Programa pagar a tempo e horas

A Entidade apresenta um prazo médio de pagamento a fornecedores em 2013 de **516** dias o que, comparativamente com os **553** dias do final do ano de 2012, representa uma diminuição do PMP em **37** dias. No entanto, o objetivo determinado na RCM n.º 34/2008 de 22 de Fevereiro, com a alteração introduzida pelo despacho 9870/2009, de 13 de Abril, não foi cumprido.

No quadro abaixo apresentamos a evolução dos últimos 3 anos:

Evolução do PMP (Dias)		
Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
412	553	516

Verificámos ainda que a entidade, procedeu à adequada monitorização e publicitação da evolução dos indicadores dos prazos médios de pagamento a fornecedores e cumpriu com a prestação de informação exigida nos termos do DL nº 65-A/2011, de 17 de Maio.

6.3. Objetivos de redução do défice orçamental

Neste domínio validámos o cumprimento pelo CHBM de um conjunto de regras definidas pelo Governo em matéria de contributo das entidades públicas para o cumprimento dos objetivos de redução do défice orçamental e da despesa pública e para o controlo da dívida pública. Assim a entidade garantiu alinhamento com os objetivos de consolidação orçamental designadamente:

- Deu cumprimento ao disposto no artigo 37º da Lei 66-B/2012, não tendo havido lugar no ano de 2013 à atribuição de prémios de gestão;
- Foi aplicada redução remuneratória aos membros do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização;
- Foi realizada a redução das remunerações dos seus trabalhadores, em conformidade com o nº 27º da Lei nº 66-B/2012;
- Constatámos que o CHBM, em 2013, não deu cumprimento ao disposto na Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, a qual estabelece as normas a que deve obedecer a assunção de novos compromissos nas Administrações Públicas, incluindo entidades públicas empresariais do Serviço Nacional de Saúde, tendo esta situação sido exposta à tutela pelo CHBM, pelo que é do seu conhecimento. A Administração, através do Despacho nº 28/2013 de 8 de Agosto de 2013, deliberou, por motivos de urgência imperiosa e para evitar o colapso dos serviços, aumentar em 16,8 milhões de euros os fundos disponíveis. Esta situação deve-se ao facto do CHBM se encontrar numa situação desequilibrada em termos da sua estrutura de custos e proveitos;
- Cumpriu parcialmente o disposto no artigo 124º da Lei nº 66-B/2012, pois não manteve a totalidade, mas apenas a maioria das suas disponibilidades (62,2%) em aplicações financeiras junto do IGCP, I.P..

  Existem várias contas bancárias tituladas pelo CHBM, em instituições financeiras privadas conforme quadro abaixo:

Inst. Financeira	nº conta	Valores a 31-12-2013
BES	529012560006	554 596,68
	323091869	5 007,76
Santander	0003/34490458020	46 750,00
	0003/34997593020	45 929,82
CGD	0141/034483/930	81 522,78
	0142/000225/130	532,02
TOTAL		734 339,06

- Os objetivos de desempenho económico-financeiro foram em parte alcançados:

Objectivos de Desempenho Económico-financeiro 2013

Objectivos	2013	Meta	Variação	Resultado
% dos custos com horas Extraordinárias, suplementos e FSE III (seleccionados) no total de custos com pessoal	20,3%	15,5%	4,80%	Não Cumpre
EBITDA (€) (conforme formula da ACSS)	-1.447.714	-6.337.216	4.889.502	Excedeu
Acréscimos de divida	-2.206.894	0	-2.206.894	Excedeu
Percentagem de proveitos operacionais extra contrato-programa no total do proveitos operacionais	6,4%	10,7%	-4,29%	Não Cumpre

Os custos com pessoal, que representam 57,4% do total dos custos da entidade, apresentam um ligeiro aumento em relação a 2012 (€43.143.200) para 2013 (€43.467.335).

Relativamente ao cumprimento dos objetivos no Apêndice II ao Contrato-Programa, no que diz respeito à percentagem dos custos com horas extraordinárias, suplementos e fornecimentos de serviços Externos III, no total dos custos com o pessoal fixado em 15,5%, **não foi cumprido**.

O objetivo fixado para o EBITDA também **foi superado**, atingindo um valor de cerca de 1,4 milhões de euros negativo quando o objetivo fixado era de € 6.337.216 negativos.

A meta fixada para a percentagem de proveitos operacionais extra contrato-programa no total dos proveitos operacionais foi fixada em 10.7 %, apenas foi alcançado 6,4%, pelo que este **objetivo não foi cumprido**.

Os custos totais do CHBM apresentam uma diminuição de 2012 (€83.560.117) para 2013 (€75.730.039) no entanto os valores encontram-se acima dos orçamentados (€74.632.737).

7. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

7.1. Aplicação das normas de contratação pública

O **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.** (CHBM) é uma entidade adjudicante nos termos da al. a), do nº2, do artigo 2º, do Código dos Contratos Públicos (CCP); rege-se, em matéria de contratação, pelo disposto no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

Foi realizada uma amostra de procedimentos aquisitivos realizados pelo CHBM e temos a recomendar:

- Redução do número de procedimentos, pois verificámos a existência de vários procedimentos aquisitivos para a mesma tipologia de material.
- A previsão das necessidades deverá ser realizada com maior rigor.

Relativamente ao ano anterior, verificámos que houve uma pequena diminuição do número de procedimentos de aquisição:

Nº de Processo	
Ano 2012	Ano 2013
3033	3014

O CHBM cumpre de uma forma geral as obrigações legais referentes à aquisição de bens e serviços e empreitadas, com as ressalvas atrás mencionadas.

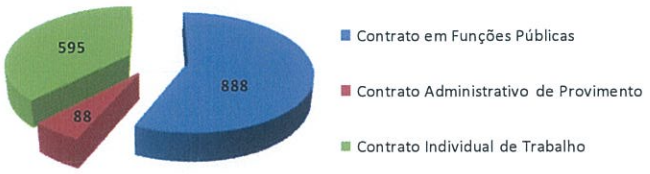
Recomendámos a redução no número de procedimentos para aquisição da mesma tipologia de material.

Verificámos que nos contratos de prestações de serviços, nomeadamente nos que tem um maior impacto financeiro devem ser implementados mecanismo de controlo, mais eficazes e eficientes, criando procedimentos internos que o garantam.

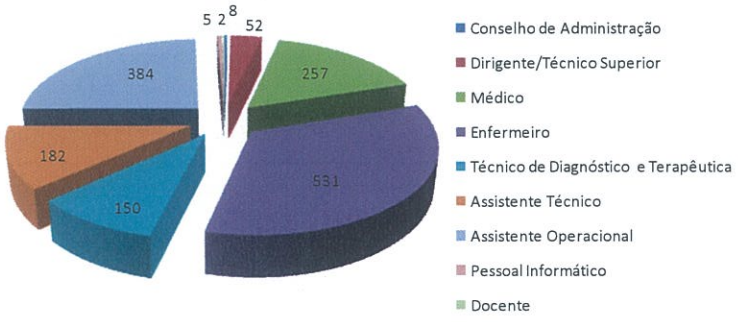
8. RECURSOS HUMANOS

Ao pessoal do **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.** (CHBM) aplica-se o regime jurídico do contrato em funções Públicas, conforme o disposto na Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis: 64-A/2008, de 31 de Dezembro e 3-B/2010, de 28 de Abril. E o regime do contrato contracto individual de trabalho, conforme o disposto no Código de Trabalho aprovado pela Lei nº 7/2009 de 12 de Fevereiro (artigo 14º do DL nº 233/2005, de 29 de Dezembro).

O CHBM em 31 de Dezembro de 2013 contava com 1.571 trabalhadores, mais 24 colaboradores em regime de prestação de serviços, estando divididos da seguinte forma, de acordo com o vínculo profissional:



O gráfico seguinte apresenta os trabalhadores da entidade por Grupo Profissional:



Comparando os anos de 2012 e 2013, verifica-se uma diminuição do número de trabalhadores da entidade de 1.602 para 1.571. As saídas ocorreram por casos de aposentação, licença sem vencimento, transferência, exoneração e requisição.

Pela Resolução nº 45/2012, publicada na 2ª série do Diário da Republica em 21 de Novembro de 2012, foram nomeados os membros do Conselho de Administração, para um mandato de três anos, sendo este composto por 4 membros, produzindo esta resolução efeitos a 22 de Novembro de 2012, posteriormente pela Resolução nº 18/2013 foi nomeado o quinto membro do Conselho de Administração.

A remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos foi reduzida de acordo com o fixado na lei.

No exercício de 2010 verificámos que não foi aplicada a redução do 5% nos termos disposto na Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, aos membros do CA que faziam parte da Direção da Unidade Técnica do Montijo. Foi-nos referido que tal se devia ao facto destes membros terem optado pela remuneração de origem. Parte destes montantes foram repostos a outra parte está a ser reposta mensalmente.

O nº 4 do artigo 14º do DL nº 233/2005, de 29 de Dezembro, com as alterações posteriores, nomeadamente o DL nº 244/2012 de 9 de Novembro, determina que os processos de recrutamento de pessoal devem assentar na adequação dos profissionais às funções a desenvolver e devem assegurar os princípios da igualdade de oportunidades, da imparcialidade, da boa-fé e da não discriminação, bem como da publicidade, exceto nos casos de manifesta urgência devidamente fundamentada. Neste âmbito verificámos que estão a ser pedidas as autorizações legalmente exigidas para a abertura das vagas. Recomendamos que todas as peças que constituem o processo de seleção/recrutamento sejam devidamente compiladas e mantidas em arquivo nos Recursos Humanos.

O controlo de assiduidade é realizado por um sistema de registo biométrico, no entanto, este não se encontra integrado como o processamento, pelo que as ausências só terão influência nos vencimentos quando verificadas pelos de Recursos Humanos, podendo concluir-se que o sistema ajudou essencialmente a dispensar a folhas de ponto em papel.

Foram identificadas situações em que existem faltas por justificar, tendo os RH solicitado a sua justificação e não tendo obtido resposta vão insistindo, pelo que recomendamos a fixação de um prazo para a sua justificação.

Recomendámos que se proceda à integração efetiva entre o sistema de controlo de assiduidade e pontualidade com o sistema de processamento remunerações.

O risco de acidentes de trabalho encontra-se devidamente segurado, através da apólice nº 003452865 da Zurich. Além do seguro obrigatório de acidentes de trabalho e entidade subscreveu ainda para os membros do CA um seguro "Módulo de Gestão" com a apólice HD IP6 2003210.

A segurança, higiene e saúde no trabalho é assegurada internamente pelo Serviço de Saúde Ocupacional.

V – Relatório de Gestão

Foi analisado e apreciado o Relatório de Gestão elaborado pela Administração, o qual reflete, em nosso entender, uma descrição fiel das actividades realizadas e das perspectivas para o **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.** Concordamos com a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Lisboa, 11 de Abril de 2014,

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA COSTA & ASSOCIADO
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.M.V.M. sob o número 8936

representada pelo sócio
José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC nº 681